

O time de Opinião está na página 4



Gilney Viana



Perseu Abramo



Rosalice Fernandes



José Ibrahim

EM TEMPO:

SEMANARIO NACIONAL - ANO II - N.º 70 - Cr\$ 15,00 - DE 28 DE JUNHO A 4 DE JULHO DE 79

Ex-militante da esquerda armada revela porque foi para a televisão denunciar os antigos companheiros e falar sobre a ditadura:

“EU FUI TRAIADOR DA ESQUERDA”

(Manoel Henrique Ferreira, ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), condenado a 56 anos e três meses de reclusão, vive hoje no Presídio Político do Rio de Janeiro.)

A ditadura usou e abusou, no início da década, de depoimentos de ex-militantes da esquerda que foram para a televisão fazer juras de arrependimento, falar mal da “subversão” e dizer que o “milagre brasileiro era ótimo”. Como isso se deu? Que métodos foram usados para arrancar tais declarações? Quem se envolveu nisso? Aqui estão as respostas. Pela primeira vez no Brasil, o testemunho de um dos que “traiu pela televisão”.

Páginas 6 e 7

Anistia: Exclusivo

Revelado o projeto do governo, mais restritivo do que se poderia esperar, é preciso avançar na luta pela conquista da ANISTIA AMPLA, GERAL e IRRESTRITA.

Pág. 5

Famílias querem saber destino dos guerrilheiros do Araguaia

O general Figueiredo está sendo interpelado judicialmente para esclarecer o que o governo fez com 14 dos participantes do movimento armado ocorrido na região do rio Araguaia. Nas fotos, fornecidas pelos familiares, alguns dos guerrilheiros, que se encontram mortos ou “desaparecidos”.

Pág. 5



Maria Lucia Petit

Vandick Coqueiro

Dinaelza Santana

Jaime Petit

Elenira Nazareth



Antonio Ribas, Vladimir Palmeira, José Dirceu e Luiz Travassos.



Lúcio Petit da Silva

Jana Moroni Barroso

José Carlos Haas Sobrinho

Greve na LIGHT?

A tensão é alta. A campanha salarial pode levar à greve. Sexta-feira tem assembleia geral. São Paulo e Rio podem ficar sem força e sem luz.

Pág. 12

Debate: PT

Lula, o Luís Inácio da Silva, discute sobre o Partido dos Trabalhadores com membros de oposições sindicais em Minas e no Rio Grande do Sul.

Pág. 10

Nicarágua

Conheça o governo que substituirá o ditador Somoza

Pág. 11

Assembleia-Geral do “Em Tempo”

Domingo, dia 1.º de julho, às 9:00 horas, na sede da ABI-SP, rua Augusta, 555.

O 1.º condenado a morte pela ditadura

De Theodomiro ao povo brasileiro

Theodomiro Romeiro dos Santos, o primeiro condenado à morte pelo regime ditatorial, continua preso na Bahia. O juiz Arnaldo Ferreira Lima, da 6.ª CJM, negou o benefício a que ele já tem direito: sua liberdade condicional. Saiba o porquê da decisão deste juiz lendo a “Carta Aberta ao Povo Brasileiro” escrita por Theodomiro no último dia 23 de junho, sábado.

“Meu nome é Theodomiro Romeiro dos Santos e, atualmente, me encontro preso na Penitenciária Lemos de Brito, cumprindo uma pena de 16 anos seis meses e 25 dias a que fui condenado por lutar contra a ditadura militar que se apossou do poder em abril de 1964.

Estando preso desde outubro de 1970, já tenho direito ao benefício da liberdade condicional. E foi baseado neste direito que os meus advogados entraram com o pedido de livramento junto à Auditoria da 6.ª CJM.

Ultrapassados os trâmites legais, com informações favoráveis das repartições do presídio e parecer favorável, unânime, do Conselho Penitenciário, ficamos durante longo tempo à espera da decisão do Sr. Juiz Auditor da 6.ª CJM, Dr. Arnaldo Ferreira Lima.

Nesse interim, em conversa com os meus familiares e advogados, o Sr. Juiz Auditor (ao contrário do que declarou aos jornais — jornal da Bahia 20/6/79, pág. 4) confessou que estava sofrendo grandes pressões para negar o livramento condicional e que temia pela minha segurança. Mas que era uma pessoa independente e que despacharia favoravelmente o pedido porque eu havia preenchido os requisitos legais.

Para nossa grande surpresa, tomamos conhecimento da sentença emitida pelo Sr. Juiz Auditor, manifestando-se contrário à concessão do benefício. E, logo em seguida, das suas justificativas pela imprensa.

Respondendo, ponto por ponto as razões arranjadas pelo Exmo. Sr. Arnaldo Ferreira Lima para negar a minha condicional.

Na sentença de 18/06/79 ele enumera três razões:

1. — “... dois corretivos disciplinares sofridos pelo requerente durante o período de cumprimento de sua pena. Tais faltas disciplinares comprometem a sua alegada boa conduta. Trata-se de autos de delito político-social, caracterizado pelo inconformismo ideológico, que levou às consequências últimas de matar um militar incumbido de zelar pela segurança do Estado, o que traduz, em derradeira análise, como ato de terrorismo”.

RESPOSTA: — Os dois corretivos disciplinares, na realidade, são duas greves de fome, das quais participei: uma em 1974 e a outra em 1978. E, longe de caracterizarem delito político-social, motivado por inconformismo ideológico, caracterizam, muito mais, uma atitude extrema de desespero diante da violência contra nós exercida. A primeira greve foi feita para forçar o então diretor, Dr. Osmundo Tosta, para que desse assistência médica a um companheiro que estava com grave problema de saúde. E a segunda, para quebrar o isolamento carcerário que já durava três anos e que estava levando à loucura os companheiros Carlos Alberto Soares e Rholim Sonde Cavalcanti, presos em Recife.

Falsaria outra vez a verdade, o Sr. Juiz Auditor, quando diz que este mesmo inconformismo ideológico me levou a matar um agente do DOI - Cod. Na realidade — e isso consta de meu depoimento em juízo que S. Exa., por obrigação, deveria conhecer — foi o direito inalienável que toda pessoa tem de defender sua integridade física e sua vida que me fez reagir à prisão, para tentar escapar às violentíssimas e brutais torturas a que são submetidos todos os opositores do regime. Sequestrado em plena rua, enquanto esperava um ônibus, por três indivíduos à paisana, que utilizavam carro particular, e que não se identificaram, real como qualquer pes-

soa reagiria a um ato de violência e arbitrariedade.

2. — “Sabido por todos que se avizinha a hora da anistia, todavia é o próprio governo brasileiro, que coloca fora da anistia os delitos de sangue”.

RESPOSTA: — Não foi requerida nenhuma anistia à auditoria da 6.ª CJM. Inusitadamente, o Dr. Arnaldo Ferreira Lima permite que injunções de ordem política interfiram numa decisão que, a rigor, deve se limitar estritamente aos requisitos exigidos pela legislação em vigor. Sua Exa. comete o absurdo jurídico de abandonar o texto da lei para se ater a dados político-conjunturais e declarações publicadas pelos jornais, do ex-governador do Piauí, Sr. Petrólio Portela (atual ministro de Justiça).

Quanto ao alcance da anistia, eugana-se mais uma vez, sua Exa.: Seus limites não serão definidos pela benevolência de quem quer que seja; mas pela capacidade de organização e reivindicação do povo. E este, através de seus canais de expressão, defende uma anistia AMPLA, GERAL e IRRESTRITA.

3. — “Não pode o julgador olvidar a repercussão nacional e internacional deste caso...”

RESPOSTA: — A “repercussão nacional e internacional deste caso” — coisa completamente fora de meu controle — prova apenas o violento repúdio das forças democráticas nacionais e internacionais aos métodos terroristas de repressão política que sempre foram utilizados pela ditadura.

4. — “O se conformando com a publicação da sentença, o exmo. Sr. Juiz Auditor continuou com sua peroração pela imprensa...”

E é na reportagem publicada pelo Jornal da Bahia (edição de 20/06/79, pág. 4) que vamos encontrar de forma clara e inequívoca, o motivo pelo qual foi negada a minha liberdade condicional.

“... Ferreira Lima reconheceu que levou em conta o caráter político do processo...” ou seja, minha liberdade condicional foi negada, não por que eu não tenha preenchido os requisitos legais, mas por que, politicamente, resolveram que eu não deveria ser solto.

Fica, assim, cristalinamente demonstrado um ato de perseguição política.

O Exmo. Sr. Juiz Auditor declarou ainda, nesta mesma reportagem, “que não poderia, sozinho, arcar com a responsabilidade de devolver o preso político baiano Theodomiro Romeiro dos Santos à sociedade”.

A quem caberia, aqui na Bahia, dividir com o Dr. Arnaldo Ferreira Lima, a responsabilidade da concessão de qualquer condicional? Ele próprio havia declarado que mesmo que ele não se submetesse às pressões que vinham sendo exercidas, o promotor Kleber Coelho recoreria de uma decisão favorável.

Ora, o mínimo que se espera de um juiz é independência e firmeza. E, se o exmo. Sr. Arnaldo Ferreira Lima, não se acha em condições de tomar decisões que são de sua única e exclusiva competência, melhor seria que despedisse de sua toga e procurasse um outro cargo que estivesse na medida de sua responsabilidade.

Denuncio a todas as pessoas que leem esta carta, o processo de perseguições políticas e ameaças a que estou submetido e convoco a todos para lutar.

CONTRA AS PERSEGUIÇÕES DA DITADURA POR UMA ANISTIA AMPLA, GERAL, IRRESTRITA.

Saudações democráticas, Penitenciária Lemos de Brito, Salvador, 23 de junho de 1979. a.) Theodomiro Romeiro dos Santos

Esperma na mira

Se for aceita a sugestão do juiz de menores de São Paulo, sr. Nilton Silveira, breve teremos por aqui um presídio para menores, "um presídio juvenil", para menores "de maior periculosidade". Se vai resolver alguma coisa, ninguém sabe (ou já pode saber: não), mas para os problemas dos pobres o que o re-

gime tem para oferecer é cadeia, e tome cadeia, agora para jovens. Depois, provavelmente teremos cadeias infantis, mais tarde cadeias para bebês e, se a gente bobear, não duvidem que vem aí a prisão para fetos. Os espermatozoides que se cuidem: a vez deles chegará! (RVN)



GERAIS

Saco

O ministro Delfim Neto provavelmente aproveitará do sucesso do "saco agrícola" junto aos proprietários rurais para lançar o seu partido, aproveitando ainda o seu ímpeto no meio dos grandes grupos industriais e das multinacionais. Como já desconfiávamos, o saco agrícola acabará sendo o apoio para o pau que o povo sempre leva (contra a vontade, sr. Delfim). (RVN)

Tudo como dantes no quartel de Abrantes

Em 1960, eram candidatas ao governo de Minas o pedesista Tancredo Neves e o udenista Magalhães Pinto. Deitando na sopa do fenômeno Jânio Quadros, Magalhães ganhou, contrariando as expectativas totalmente favoráveis ao Tancredo.

Em 1961, Jânio renuncia e começa o rebu da posse de Jango, que acabou assumindo a presidência num improvisado regime parlamentarista em que o primeiro-ministro (que num regime parlamentarista é o chefe do governo) era o Tancredo. Em Minas, comentaram: o Tancredo jogou na loteria mineira e ganhou na federal.

A partir de 1966, quando foram extintos os partidos então existentes e criados os atuais pseudo-partidos, Magalhães foi para a ARENA

e Tancredo para o MDB, onde faz parte até hoje do grupo "moderado", mostrando que não afastou muito do seu inesquecível PSD.

Agora, como nas mais românticas telenovelas, o destino (oh!) está unindo os antigos rivais num único partido, que se chamará "Democrático" ou qualquer coisa assim, mas que no fundo representará a manutenção no poder de quem já manda aqui há muito tempo: os donos de terra do PSD e os antedemocráticos capitalistas urbanos da UDN. Para nós, que estamos de fora, será a união do inútil ao desagradável. Se o Tancredo sozinho não é lá essas coisas, juntando-se com o Magalhães, coisa boa não pode dar (RVN)



A arte de demitir jornalistas

Com o fim da greve dos jornalistas de São Paulo e no meio de uma devastadora onda de demissões, começam a aparecer os nomes dos "amigos" da categoria que dão a vida para fazer uma listinha negra contra os colegas.

Na Rádio Globo de São Paulo onde sete jornalistas foram demitidos do Departamento de Jornalismo, o responsável pela feitura da lista de demitidos, entre eles três membros do CRR (representantes de redação), foi o próprio diretor de jornalismo, Marco Antonio Gomes.

Na opinião de alguns dos seus ex-colegas, finalmente Marco Antonio tirou a máscara de uma vez, pois passava por liberal há muito tempo perante a categoria. Recorde-se que Marco Antonio Gomes recentemente

te demitiu o editor Silvio Monteiro porque este se negara a censurar o noticiário sobre a greve dos metalúrgicos do ABC, em março passado.

Na Rádio Bandeirantes foram seis os jornalistas demitidos, coincidentemente os que não admitiam a auto-censura e questionavam a censura imposta por José Paulo de Andrade, chefe do Departamento de Jornalismo. O mesmo José Paulo de Andrade declarou que os seis profissionais foram demitidos a pedido dele próprio, que mandou uma lista para a direção da Bandeirantes.

É isso aí, os dois podem ir exercitando seu dedo-duro que um dia, quem sabe, talvez consigam chegar ao posto de tirador de meleca do nariz do patrão. (SA)

O respeito da vila garantido na marra

Cada vez com mais frequência a cena se repete nas vilas clandestinas da grande Porto Alegre: a luta pela posse da terra. Os moradores fundando ou reativando suas Associações, procuram se organizar para resolverem os problemas do seu cotidiano.

Na quinta-feira, dia 21 de junho, mais de 300 moradores da Vila do Respeito se concentraram no Paço Municipal, portando cartazes, para exigir um posicionamento das autoridades frente a ação de despejo proferida pelo juiz Adalberto Libório Barros.

"Ninguém será despejado... Eu não sou daqueles que vão para as vilas enganar o povo. Sou veterano em vilas populares. Só tenho certeza de que não vou enganar-las como esses falsos líderes que por aí andam. Cuidado com eles!" foi o que de mais concreto os moradores ouviram do prefeito Socias Villela, isto após longa explanação feita por Artur Zanella, diretor do DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação), sobre o projeto de urbanização da Vila Nova Brasília. Quando, meio confusos, os moradores lembraram Zanella de seu "equivoco", pois estavam ali para saber sobre a população da Prefeitura frente ameaça de despejo da Vila do Respeito e não sobre o projeto de urbanização da Vila Nova Brasília, o prefeito já havia se retira-

do e também deu-se uma "pane" no microfone que estava sendo usado. Zanella prometeu, frente à pressão dos presentes, que o caso seria estudado.

Da Prefeitura, os moradores percorrendo todo o centro da cidade, se dirigiram em passeata para o espanto e aplauso da população ao Palácio Piratini, onde foram recebidos pelo governador Amaral de Souza. Dessa vez as promessas foram mais "concretas": ninguém seria retirado das terras onde moravam. O governador se comprometeu em criar uma comissão entre Estado e Município para assegurar o cumprimento das reivindicações dos moradores, "tanto que a pouco havia mantido um contato telefônico com o prefeito". Quanto a este contato não houve menor dúvida, pois além de terem sido "sanados os equívocos", o discurso de Amaral se pautou em alertar para que "os moradores não se deixassem usar como instrumentos de pessoas que não estavam interessadas em defender suas reivindicações, mas em usá-las para outros fins...".

Apesar das "promessas" e dos "alertas" sobre as "possíveis infiltrações nas legítimas aspirações da população", ficou uma certeza para os moradores da Vila do Respeito: "Esta nossa luta só termina com a posse definitiva da terra". (Sucursal de Porto Alegre)

Polícia mineira está babando

Após o "delicado" tratamento dispensado às professoras grevistas, numa violência repressiva que despertou vivos protestos em todo o país, a polícia militar mineira continua dando mostras de que não brinca em serviço. Desta vez as vítimas foram Eugênio Antonio do Nascimento (apostado do Furrural, 72 anos) e seus dois filhos. Após uma rixa com um vizinho sobre a cerca que separa os dois miseráveis barracões na favela de Braunas, em Justinópolis, município próximo a BH, a família de Eugênio foi violentamente agredida por nada menos que 25 policiais, transportados em 8 viaturas da Polícia Militar. Resultado: Eugênio, que sofre da "doença de chagas", teve seu estado agravado com as coronhadas de revólver na cabeça e ponta-pés. Seu filho Joaquim ao tentar socorrê-lo levou várias cassetadas no rosto, tendo seu olho esquerdo vazado. Divina, a fi-

lha mais velha de Eugênio, além de chutes e pauladas em todo o corpo, foi submetida a um tipo especial de tortura. Já na Delegacia da Seccional Norte, ela foi algemada a um estranho, que foi despidido pelos policiais. Os dois foram obrigados a prestarem depoimento ajoelhados diante da máquina de escrever.

A família, que ficou presa de 12h de domingo até 6h de segunda, só foi solta pela interferência de José Alberto Monteiro Torres, advogado do Pronto Socorro de Direitos Humanos do CBA-MG.

Além da denúncia do fato, através de nota a ser amplamente distribuída à população, o Pronto Socorro dos Direitos Humanos irá acompanhar todo o processo aberto na Corregedoria de Polícia visando a punição dos policiais. Caso fique comprovado que Joaquim tenha perdido a visão devido à agressão, vai ser movida ação de indenização contra o Estado. (Ricardo Rabelo)

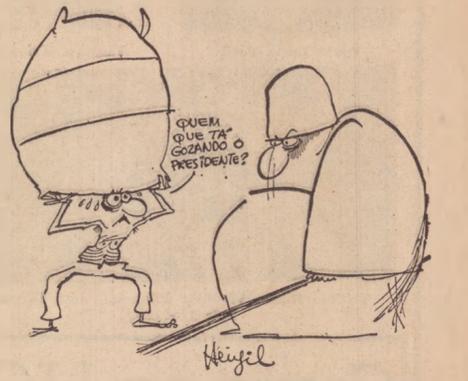


Bill Stewart: a luta continua

O assassinio do jornalista americano Bill Stewart pelas tropas da Guarda Nacional de Somoza na Nicarágua foi repudiada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais e Casa dos Jornalistas de Minas, no último dia 21. Na nota, os jornalistas mineiros lembram que "outros jornalistas com a mesma concepção inabalável do cumprimento do dever de suas vidas como Vladimir Herzog e outros companheiros, à causa da liberdade". A morte de Bill

Stewart constituiu assim "poderoso fator de emulação para que todos os jornalistas do mundo persistissem na sua obrigação de denunciar publicamente as forças do obscurantismo que insistem em subjugar povos para saciarem seus apetites de poder."

"A Casa dos Jornalistas e o Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, enlutados pela brutalidade, lamentam mais esse companheiro vitimado pelo arbitrio. Mas proclamam que a luta continua". (Ricardo Rabelo)



Anistia

Haverá um Ato Público pela Anistia ampla, geral e irrestrita, no próximo dia 2, às 20:30 horas, no TUC-CA em São Paulo. Um dos objetivos do ato será denunciar as péssimas condições de vida em que se encontram os presos políticos de Itamaracá, com correspondência frequentemente bloqueada, péssima alimentação, revistas vexatórias aos visitantes. Essas denúncias vão no objetivo de repudiar qualquer tentativa de concessão de uma anistia restrita pelo governo.

Esquadrão

Depois de uma interdição de 10 anos, proibida pela censura, estreou em São Paulo, no TBC (Rua Major Diogo, 311) a peça de Plínio Marcos, "Oração Para Um Pé de Chinelo". Escrita em 1969, ela conta a história de um marginal que mata um integrante do Esquadrão da Morte. E depois, naturalmente, vira presunto. Maurício Nabuco, Astrogildo Filho e Angela Falcão formam o elenco, dirigido pelo próprio Plínio Marcos.

Festa

O Centro Cultural de Vila Catarina vai promover no domingo, dia 1.º de julho, em comemoração à data da Independência da Bahia (que é no dia seguinte). O objetivo da festa é divulgar as lutas populares acontecidas na Bahia no século passado. Vai ter tapá, acarajé, cocadas, roda de capoeira e uma peça teatral sobre o 2 de julho. O Centro Cultural fica na Rua Panamá, 663 - Vila Santa Catarina, em São Paulo.

Teatro

Estreou no último sábado no Teatro de Arena de Porto Alegre, a peça Cordélia Brasil, de Antonio Bivar, que desde 1969 estava proibida pela Censura. Hoje volta a cartaz com o mesmo diretor, Wagner Mello e a mesma atriz principal, Aparecida Dutra. O nome original da peça é bastante sugestivo: "O Começo é Sempre Difícil Cordélia Brasil, vamos teilar outra vez?"

Zero

Ignácio de Loyola Brandão e a Editora Coderceri têm o prazer de convidá-lo para comemorar o retorno do "ZERO" às livrarias após dois anos de proibição. Contamos com a sua presença na Livraria Capitu (Rua Pinheiros, 339 - São Paulo), a partir das 18:30 horas, dia 28 de junho, quinta-feira.

Pintura

As pirografias e aquarelas de Carlos Takaoka vão estar numa mostra promovida pela Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo. A mostra vai até o dia 1.º de julho, na Rua Augusta, 719 - Sobreloja. Todas as noites, a partir das 20 horas, vão ser apresentados também filmes, música e poesias.

Debate

A Associação dos Sociólogos de São Paulo promove dia 28, às 20 horas, um debate sobre o tema: "Unidade Sindical e Luta Contra o Sindicalismo Oficial". O local é o Sindicato dos Jornalistas, Rua Rego Freitas, 530. Participam: Jacob Bitar, Delelis, Zé Pedro da Silva, Luta Sindical e José Alvaro Moisés.

Bancários

O Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, finalizando seu Ciclo de Estudos e Debates sobre Problemas Sociais, Trabalhistas e Sindicais promove, neste sábado, dia 30, uma discussão em torno do tema "Modelo Econômico e Política Salarial", com a presença do economista Walter Barelli, do DIEESE.



Correnteza no DCE baiano

Depois de dez anos fechado, foi reaberto o DCE da Universidade Católica de Salvador. O DCE, que é livre da burocracia universitária, foi reconstruído num processo de retomada das lutas na Universidade e de um Congresso de Reorganização.

Dois chapas concorreram às eleições diretas: Correnteza e Retomada. Numa votação de 5.500 estudantes, a chapa Correnteza venceu com uma margem de cerca de 400 votos, defendendo a luta pelas Liberdades Democráticas na respectiva dos interesses dos trabalhadores. A vitória de Correnteza trouxe à tona uma nova pergunta: quem detém a maioria do

Movimento Estudantil baiano? O grupo Correnteza e o grupo Nova Ação, da Universidade Federal, já despontam como a nova força na medida em que Nova Ação conseguiu eleger a maioria dos delegados da UFBA para o Congresso da UNE, apesar do grupo Viração, que se identifica politicamente com o Retomada da Católica, ser diretoria do DCE da Federal.

No segundo semestre espera-se uma intensificação do processo de reconstrução da União dos Estudantes da Bahia (UEB) e é possível prever desde já uma grande disputa entre Correnteza e Nova Ação de um lado e Viração e Retomada do outro (JF).



EDITORIAL APARTE S/A.

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Carlos Tiburcio, Flaminio Fantini, Flávio Andrade, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadal, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho Alii, Tom Duarte, Nelson Pentead, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente).

Suplentes: Paulo Cavalcanti, Valmir Menezes, Luci Ayala, Maria Cândida.

DIRETORES: Flávio Andrade (Diretor-Presidente), José Luiz Nadal, Tom Duarte, Carlos Tiburcio, Robinson Ayres.

JORNAL EM TEMPO:

Diretor-Responsável: Robinson Ayres
Secretário de Redação: Robinson Ayres
Editor Geral: Carlos Tiburcio

EDITORIAIS: Nacional: Flaminio Fantini, Tibério Canuto, Antônio Espinosa, Jorge Baptista, Antonina Silveira, Carlos Savério, Antonio de Pádua Prado Jr., Fábio Munhoz, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Maria Moraes, Paulo Sérgio, Sérgio Alii, Elvira Oliveira, Jesus Varela, Wilson Prudente, Maria Cândida, Reilton Fracalossi, Sebastião Santos Jr., Terezinha V. Ferreira, Internacional:

Carlos Eduardo Matos, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Marineide Oliveira, Olgária Matos, Roberto Gbun, Virgínia Pinheiro. Suplemento Cultural: Flávio Aguiar (Coordenador) Antônio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valdeaz Amorim. Arte e Produção: Secretária Gráfica: Paulo Roberto M. Borges, Diagramação: Sérgio Papi; Ilustração: Sian, Martinez, Cadinho, Cida, Betó Maringoni, Nilson e G.M.D.; Fotos: Jesus Carlos e Ennio Brauns Filho; Revisão: Washington Magalhães e Vera. Arquivo e Pesquisa: Virgínia Pinheiro e Elvira Oliveira.

SUCURSAS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1884 - Tel.: 335-7773) Alberto Duarte (Chefe da Sucursal), Edgar da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélio Santos Malzê Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilar, Ricardo Rabelo, Sérgio Asphan, Juarez Guimarães, Sandra Starling, João Batista (Redação); Mariza Araújo, Amarildo (Administração). Porto Alegre: (Av. Graça Aranha, 1407 - loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schimer, Letânia Menezes, Sosa (Redação). Adão Capa, Cláudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luiz Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont (Administração). Rio de Janeiro (Praia de Botafogo, 316 - Sala 209) Beatriz Lerner, Paulo Cavalcanti, Roberto Rodrigues, Marcos Gomes, Menezes, Joaquim Soriano, Eliane, José Coutinho, Lavinia, Adauto Novaes, Antonio José Mendes, Fernando Karan, Carlos

Alberto Bahia, Clotilde Hasseimann, Fernanda Coelho, Jorge Ricardo Gonçalves, Luiz Antonio de Aguiar, Luiz Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis Orlando Guilhon Braga, Sérgio Straglio. Salvador (Av. Joana Angélica, n.º 8 - 1.º andar - s/14) Adelson Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldaci Miranda, Lina Maria.

ESCRITÓRIOS: Recife: Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, Fred Navarro, Márcio Tavares Eliane Velloso, Marina Lima, Mário Everaldo, Riva M. Nogueira, Aracaju David Dantas Campinas: Rinaldo Barros, Maria Alice, Fortaleza Fausto Aguiar, Gervásio de Paula, Rogério Araújo, Vinívio de Araújo, João Pessoa: Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos, Natal: Cicero Correia, Francisco de Assis, Cláudio Macef Régis Cavalcanti, Campina Grande: Jonas Araújo.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardino Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte) - Telefone: 335-7773. Redação: Rua Mathews Grou, 57 - Pinheiros - (São Paulo) - CEP - 05415 - Telefones: 280-4759 e 853-6680. Distribuidora (Rio - SP - BH - Brasília - Vitória): Superbanas Ltda (R. Ubaldino do Amaral, 42 - RJ) - Composto e Impresso nas oficinas do Grupo Imprensa de São Paulo, Rua dos Italianos, 463 - Telefone: 221-6929.



Electrotype Specimens

Zona

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano enviou à Casa Civil da Presidência da República um projeto de zoneamento industrial. E o troco: as indústrias zonearam um monte de cidades e agora as cidades vão zonear as indústrias. É uma zona. (RVN)

GERAIS

Queda mais interessante
Dos Estados Unidos, chegam insistentes informações de que a estação espacial Skylab está caindo. E ninguém dá bola! É que está todo mundo mais interessado em outra queda: a do Soñoza. (RVN)

OLHA, JÁ TÃO CHAMANDO O SKYLAB DE CRUZEIRO...



Caçando bruxa fóra de época

Um processo contra cinco membros da Convergência Socialista, enquadrando-se na Lei de Segurança Nacional acabou envolvendo, por tabela, o deputado carioca J. G. de Araújo Jorge, que teria participado de uma reunião com um dos indicados para informar-se de um encontro que o deputado teria mantido com o general Euler Bentes e para discussões sobre o MDB jovem.

A promotora da 11ª Auditoria Militar, Nadir Bispo, indicou o deputado como testemunha para contar o que se passou em sua residência nesse encontro e adiantou que, caso seja verdadeiro o tal encontro,

enviará peças do processo ao procurador-geral da República, para oferecer denúncia contra o deputado no Supremo Tribunal Federal.

Dessa notícia publicada pelo "Estadão", o que se conclui é que o general Euler Bentes é muito perigoso e o MDB Jovem é no mínimo algum grupo clandestino, a ponto de um encontro com o primeiro e uma discussão sobre o segundo serem suficientes para processar um deputado federal. A Convergência, então, cruz-credo, deve ser coisa do diabo. Está vendo, J. G. (que é ótimo deputado), o que dá essas companhias? (RVN)

Cuidado com o Delfim!

No último dia 21 de junho, o jornalista Hélio Fernandes, Diretor da Tribuna da Imprensa, declarou no Simpósio sobre Censura, promovido pela Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados: "O Sr. Delfim Neto é muito perigoso. E não é pra menos. Não tem princípios e não compromissos com nada. É capaz de dizer uma coisa aqui e, ali na frente, afirmar justamente o contrário. Por isto Delfim Neto é um homem perigosíssimo". O Deputado Marcos Cunha (MDB-PR), para não deixar Hélio Fernandes mentir, contou uma história acontecida na Comissão de Agricultura da Câmara, confirmando de sobra a opinião do jornalista.

Circulava nos corredores do Legislativo que o governo promoveria um aumento de 40% na taxa de juros sobre recursos liberados para o setor Cacaueiro e, imediatamente, representantes do setor enviaram um telegrama para a Comissão de Agricultura alertando para os sérios prejuízos que a medida, certamente, causaria e blá, blá, blá. Um zeloso deputado da ARENA se apressa a desmentir a informação: "Eu tomo a liberdade de falar em nome do Ministro Delfim Neto. Ontem, em uma festa, estive com ele e conversamos sobre o assunto. Delfim me assegurou que nem ele e muito menos o governo cogita ou cogitou de tomar tal medida".

Mai o nobre deputado concluiu o seu raciocínio, outro parlamentar, também do maior partido do ocidente, manifesta sua estranheza: "Não entendo. Também estive com o Sr. Ministro, nesta mesma festa, e tratamos da questão Delfim Neto me garantiu que pensa em alterar a taxa de juros. Só que a variação vai ser de apenas 30%".

Para espanto de toda a Comissão de Agricultura, um terceiro deputado da ARENA (não por casualidade), quase não se contendo: "Não compreendo é mais nada! Ontem, nesta tal festa, eu conversei com o Ministro e, veja, nobres colegas, ele me informou que pensava-se em um aumento de 20%. Realmente não dá para entender!" Aqui, prá nós da geral, só existem duas alternativas, ou tava todo mundo de porre nesta tal festa ou o negócio do homem é mesmo números.

"Estadão" colaborou com a censura

O jornalista Hélio Fernandes, redator-chefe da Tribuna da Imprensa, soltou o verbo em cima da grande imprensa, em um Simpósio sobre Censura, promovido na última quinta-feira pela Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados. Hélio Fernandes acusou os grandes jornais de se deixarem envolver pelo governo através de "uma gostosa convivência" e de terem colaborado com os censores.

Citando depoimento do general Hugo Abreu, disse que o ex-chefe do gabinete militar da presidência transmitia com frequência determinações aos proprietários de jornais como o Estado de São Paulo, Jor-

nal do Brasil e Folha de São Paulo, que eram "rigorosamente cumpridas".

Hélio Fernandes disse ainda que "a censura previa serviu de biombo para ocultar a tortura, a corrupção e a violência" e que "a salvação do mercado jornalístico está na imprensa alternativa, nos pequenos jornais, em melhores condições de resistirem às pressões oficiais".

É lógico que a grande imprensa não deu nenhum destaque para o depoimento de Hélio Fernandes, mas o Estado de São Paulo teve a cara de pau de, dois dias depois, respondê-lo após publicar trechos do que ele havia dito em ridículas 30 linhas. O Estadão diz numa nota da redação que a afirmação de Hélio

Fernandes "é mentirosa". E a nota continua: "Apenas uma vez estivemos com o sr. general Hugo Abreu, que desejava advertir-nos para o risco que poderia representar a publicação de matéria nossa sobre os escândalos no mercado financeiro. A matéria foi publicada".

O Estadão só esqueceu de acrescentar que a matéria, fruto de pesquisa do jornalista Antonio Machado, foi violentamente mutilada, e que todas as referências às negociações — principalmente no open market — que envolviam o hoje ministro Delfim Neto e o ex-ministro Roberto Campos foram completamente suprimidas da matéria. Por ordem dos Mesquitas. (SA)

Bóias-frias numa gelada

A geada realmente arrasou os cafezais do Sul de Minas. E, para variar, quem mais entrou pelo cano não foram os donos dos cafezais — eles provavelmente conseguirão ajuda do governo — mas sim os trabalhadores rurais, os bóias-frias. Antes da geada um bóia-fria estava ganhando Cr\$ 150,00 por dia em algumas cidades. Nesses meses

locais, atualmente, há patrões que pagam apenas Cr\$ 70,00 por dia de trabalho. "Culpa da geada", dizem.

O certo é que, qualquer coisa que ocorra, a vítima é sempre o trabalhador. A seca, o governo, os patrões, as enchentes, as geadas, a superprodução, as dificuldades da comercialização e até a lei da oferta e da

procura se aliaram para matar de fome o trabalhador rural. Na verdade, atrás de tudo isso — está uma coisa só, direcionando os efeitos (e não as causas) desses fenômenos sempre no mesmo rumo: o capitalismo selvagem que assola o país, cujo lema poderia ser "pau no c" dos prejudicados". (RVN)

GOVERNO RECONHECE OLP



Poluição protegida

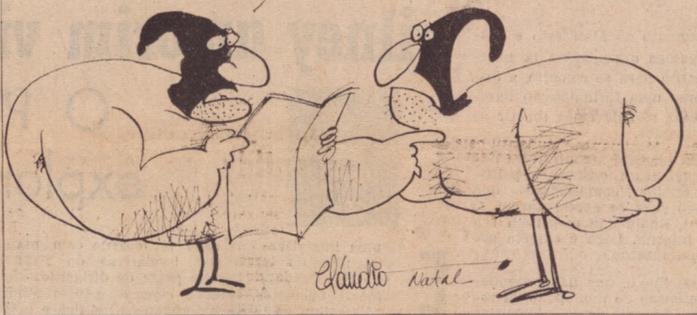
Uma das muitas coisas que vêm desgraçando a vida do povo capixaba é a Aracruz Celulose, empresa que está pedindo grande parte do Espírito Santo, além de ter se apropriado de terras pertencentes aos índios daquele estado. O governo e a polícia do estado, como em outras ocasiões (prender os caras que mataram a Araceli vocês não vão, né?), se põem com unhas e dentes na defesa dos capitalistas.

Agora, chegaram a prender o ex-secretário do Conselho Indigenista Missionário, padre Antônio Iasi Jr., que estava visitando — juntamente com um casal — os índios da aldeia de Cadeiras Velha, que ocuparam um pedaço da mata que a fedorenta Aracruz quer garfar. Seis horas depois, soltaram o padre em Vitória, dizendo que ele só tinha sido intimado para prestar esclarecimen-

tos sobre sua presença na área.

A Aracruz está há anos grillando terras e escafedendo na mesma área — ninguém pediu esclarecimentos para ela. Vamos lá: prendam os donos e diretores da Aracruz. Perguntem para eles o que estão fazendo nas terras dos índios. E aproveitem para prender também os criminosos que mataram Araceli e estão dando sopa por aí. (RVN)

TERRORISTAS NÃO TERÃO ANISTIA... QUER DIZER QUE FICAREMOS SEM ANISTIA, É?



Sinal dos tempos

O semanário "A Carta" pertencente ao anti-jornalista Cláudio Marques (famoso por ter denunciado Wladimir Herzog), foi citado pelo Centro de Informações do Exército, em seu relatório que previa a pressão contra a pequena imprensa, como uma das poucas publicações elogiáveis da chamada "imprensa alternativa" (que no caso de "A Carta" é entre aspas mesmo). Isso foi há pouco tempo.

Mas, ao contrário do que o CIEx esperava, o jornal de sua preferência provavelmente vai ser fechado antes dos amaldiçoados alternativos de verdade.

O negócio é que o jornal do Cláudio Marques, ao contrário dos alternativos de verdade, vive (ou vivia) de propaganda conseguida muito facilmente entre os empresários que queriam mostrar-se sempre participantes dos problemas nacionais, ao lado da extrema-direita, que é a linha da Carta. (RVN)

Agora, com a abertura e as perspectivas de escancaramento, nem mesmo o Ademar de Barros Filho, segundo o "Relatório Reservado", quer mais anunciar num jornal de extrema-direita e aparecer comprometido com a sua linha.

Outros jornais "alternativos" de direita já saíram e não resistiram muito tempo. A Carta, se depender de venda aos leitores, vai no mesmo caminho. Enquanto isso, jornalecos rotulados de esquerdistas sofrem todos os tipos de pressões e resistem: eles vivem da venda de jornais e não precisam bater em portas de órgãos públicos ou empresas privadas para pegar o tutu dos homens.

No mínimo, dá pro governo desconfiar que tem muito mais esquerdistas do que direitistas no Brasil. E quem sabe, pro Cláudio Marques mudar de profissão, melhorando substancialmente a imagem dos jornalistas. (RVN)

SUICIDARAM MAIS UM

Acusado de espancar sua filha foi preso o sergente do Itanhaga Golfe Clube, do Rio de Janeiro, Aézio da Silva Fonseca. Na 16.ª DP, Maria Nilza, mulher de Aézio, ainda ouviu o policial apelidado de **Touro** dizer que havia dado umas pancadas bem dadas nele, mas que ele estava bem. E não deixaram a mulher ver o marido preso.

No dia seguinte, a notícia: Aézio suicidou-se, enforcando-se com a sua própria calça. O Rio de Janeiro está uma Nicarágua, hem? (RVN)

O SACO AGRÍCOLA

NÓS JÁ TAMO DE SACO CHEIO DISSO TODO...



Queimando lixo

O deputado Waldyr Pugliesi, do MDB do Paraná, apresentou na última quinta-feira, um projeto para extinção do DOPS — Delegacia de Opressão Política e Social — e que veta a criação de qualquer outro órgão policial que tenha como função a repressão política.

O projeto prevê que no prazo de 30 dias após a sua aprovação, o governador Ney Braga deve providenciar a incineração pública de todos os arquivos do DOPS que contenham informações sobre as atividades políticas de qualquer pessoa.

O que o deputado Waldyr Pugliesi podia fazer era aproveitar o projeto e mandar incinerar o governador do Paraná, Ney Braga, junto com os arquivos do DOPS. Revogadas as disposições em contrário. (SA)

DIZ PICHANÇA



Assine EM TEMPO:

Nome Profissão
Idade Endereço
Bairro Fone Cidade
Estado CEP End. Comercial
Horário Fone Estou enviando o cheque n°
do Banco em nome da Editora. Aparte S/A
Rua Bernardo Guimarães, 1884. Lourdes. Belo Horizonte MG. CEP 30 000 Em
São Paulo Rua Matheus Grou 57. Pinheiros. São Paulo - (SP)
CEP 05415. fone: 853-6680

Anual: Cr\$ 600,00
Semestral: Cr\$ 350,00

Exterior
Anual: US\$ 90,00
Semestral: US\$ 50,00

perseu abramo



A democratização tem que chegar à escola

No processo de democratização em que a sociedade brasileira se prepara para enfrentar o Estado autoritário, a área da Educação não é, evidentemente, a prioritária; contudo, é uma área estratégica que não deve ser relegada a inteiro segundo plano. Quais são, efetivamente, as reais possibilidades de democratização do sistema educacional de um país capitalista com as características que tem o Brasil, atualmente? Muito poucas, evidentemente. Mas existem alguns caminhos que podem e devem ser explorados, mesmo nas condições adversas da atual conjuntura.

As diversas reformulações ocorridas na área educacional, nas últimas décadas, jamais tiveram o propósito de democratizar o ensino. Todavia, na medida em que foram formuladas para adequar as camadas médias da população às necessidades econômicas e culturais do capitalismo emergente e crescente, tiveram algumas consequências, talvez não previstas por seus idealizadores, mas que certamente extravasaram os estreitos limites de um sistema exclusivamente voltado para os interesses das classes dominantes. A principal dessas consequências é a da massificação do ensino, ou, em outras palavras, o fato de que, hoje, cerca de vinte por cento da população brasileira estão direta ou indiretamente vinculados à escola. Em ra estão direta ou indiretamente vinculados à escola. Embora essa proporção seja diminuta, tanto em termos percentuais quanto absolutos, e revelam o fracasso social do projeto educacional capitalista, ela também significa que, atualmente, milhões de crianças, em todo o País, estão matriculados nas escolas primárias e médias, na sua grande maioria estatais.

Como ligar a comunidade à escola?

Com essa matéria prima que se faz necessário tentar e testar alguns caminhos do processo de democratização do ensino, e, por extensão, da sociedade.

A "democracia" na escola, nos quadros do espírito liberal que tradicionalmente tem caracterizado a filosofia educacional brasileira prevê, no máximo, uma certa e restrita "participação" dos próprios agentes ativos do siste-

ma escolar nos processos decisórios de que resultam os estilos e as orientações educacionais; ou seja, "conceder-se" que o professor e o diretor da escola, na melhor das hipóteses, possam ter alguma voz na condução do processo educacional, além da dos gabinetes secretariais e ministeriais. Nos últimos quinze anos essa restrição ampliou-se e ficou ainda mais estreita, com a tecnoburocracia dominando tudo e todos, e impedindo o acesso às decisões até mesmo desses agentes do processo. Por isso é que, agora, quando se fala em democratizar o ensino, fala-se principalmente em retribuir aos professores e educadores algum papel decisório no sistema educacional, tomando-se como democratização aquilo que seria apenas uma volta a um passado pré-ditatorial, muito distante da verdadeira democracia. Essa mera volta à aceitação do professor como parte do processo decisório, contudo, não é suficiente para caracterizar um verdadeiro processo de democratização. Para que este se dê, é necessário ir mais além, e fazer integrar a própria comunidade no processo decisório educacional.

Essa comunidade, na qual a escola deve mergulhar e a qual deve servir, precisa ser entendida no seu sentido mais amplo, isto é, como constituindo o conjunto dos alunos, das famílias dos alunos, e mesmo — e principalmente — dos moradores da região em que se situa a escola, e que não tenham filhos na escola.

É dessa comunidade que deve partir a demanda quantitativa e qualitativa por educação, e é por essa razão que entre a comunidade e a escola é necessário estabelecer um relacionamento o mais democrático possível. Alguns vínculos e mecanismos institucionalizados já existem, e poderiam ser acionados e reorientados para esse processo de democratização. Um deles é a Associação de Pais e Mestres, instituição que, embora tenha sido transformada pelo Estado num órgão arrecadador de contribuições ilegais, pode ser reutilizado com sentido completamente diferente, desde que haja disposição e organização para tanto.

Perseu Abramo é jornalista e membro da Comissão Executiva do Comitê Brasileiro de Anistia - seção São Paulo

rosalice fernandes



O PT surgiu em reação ao MDB, PTB e PS

A primeira observação que cabe é a de assinalar a importância do acontecimento — a primeira iniciativa política dos trabalhadores no sentido de construir um partido legal, aberto, no Brasil moderno do pós-guerra.

Esta iniciativa, como outras que estão surgindo no seio dos trabalhadores, não é fruto da coragem apenas de algumas lideranças sindicais nem apenas produto de um novo sindicalismo que está se esboçando, é fruto principalmente do amadurecimento da classe operária e dos trabalhadores em geral. O Brasil hoje não é o mesmo de 1964 ou 1964. A classe operária viveu as experiências do populismo e do reformismo que lhe custaram muito caro, o que lhe serviu de ensinamento para a procura de uma alternativa política própria, independente dos projetos burgueses.

Logo, é preciso compreender o Partido dos Trabalhadores — ou mesmo os partidos de trabalhadores que possam surgir — como uma necessidade histórica que será mais cedo ou mais tarde uma realidade.

As possibilidades de efetivação do PT na atual conjuntura estão condicionadas pela persistência da ditadura militar. Logo, tem que se ter a dimensão do que está se criando a curto prazo, não alimentando ilusões que ultrapassem as reais possibilidades, e por outro lado ter suficiente audácia para ousar ultrapassar os limites do estreito jogo político que pretendem impor aos trabalhadores e ao povo em geral.

É preciso uma definição clara do PT no sentido ideológico: trata-se de um partido dos trabalhadores que defende os interesses dos trabalhadores, não só a curto como a longo prazo. Assim, tanto luta hoje por melhorias imediatas nas condições de trabalho e vida, com o objetivo de alcançar amanhã o poder político e a construção de uma sociedade socialista (sem preocupações com modelos de outros povos).

Um PT socialista

Neste sentido a questão não se reduz simplesmente a que ele não tenha a participação de patrões. A independência com relação à burguesia e ao Estado Burguês é fundamental. E isto tem que estar presente desde o processo de sua formação e em toda a sua existência, caso contrário teremos construído um partido dos trabalhadores, com títulos de socialista, mas que, mais dia menos dia, acabará sendo cooptado pela burguesia para gerir o capitalismo e continuar a exploração dos próprios trabalhadores.

É preciso atentar para a realidade — vivemos numa ditadura militar e a democratização do país ainda é o eixo principal da luta política. Isso interessa aos trabalhadores e ignorá-lo seria botar os pés pelas mãos, e construir castelos sobre a areia que não resistiriam às ondas da repressão.

As lutas dos trabalhadores das diversas categorias — tendo à frente os metalúrgicos do ABCD paulista — estão hoje forçando a abertura de espaços para conseguir maior nível de organização para a luta sindical e política. E assim a questão da criação do PT se coloca como um passo, uma conquista importante tanto para operários como para os trabalhadores em geral. É preciso aprofundar os ganhos em termos de espaço político para a criação não apenas do PT mas de todo e qualquer partido que se queira organizar.

Não basta que algumas lideranças sindicais assinem o manifesto de lançamento do PT, é necessário que o evento ultrapasse os seus lançadores. É necessário que chegue às grandes massas operárias e trabalhadoras. Para se evitar incorrer nos erros de se criar partidos artificiais, de cima para baixo, desvinculados dos interesses e das lutas dos trabalhadores.

O método de construção

Logo, para nós é da máxima importância definirmos o método para a construção do PT. Sem pretender esgotar aqui a questão, acreditamos que é fundamental a discussão ampla nas bases, e pelas bases; vale dizer — nas e pelas massas trabalhadoras. Organizar essa discussão é a primeira grande tarefa de quem está interessado na criação de um partido que represente os interesses dos trabalhadores — e neste sentido estamos dispostos a participar, sem que isto implique em compromissos burocráticos.

OPINIÃO

josé ibrahim



Por um encontro nacional das oposições sindicais

Há mais de 40 anos que os trabalhadores em suas lutas vêm enfrentando um obstáculo muito grande que é a legislação trabalhista colocando os sindicatos sob total controle do Ministério do Trabalho, ou seja, do Estado. Esta estrutura sindical verticalista favorece somente aos patrões e é o principal fator da nossa desorganização. Isto tem sido uma terrível camisa de força para os trabalhadores.

Após a queda do governo João Goulart e a implantação do regime militar, o movimento sindical vem buscando novas formas de organização. Em 1946, após a guerra, perdemos uma valiosa oportunidade, por inexistência do movimento operário e por má condução política, de travarmos uma luta séria contra a estrutura sindical. Igualmente, nos anos que antecederam o golpe de 64, pelos mesmos fatores, perdemos também uma grande oportunidade.

A origem da oposição sindical

Após 64 começa a mudar, um pouco a consciência operária. Dentro desta situação muito mais desfavorável aos trabalhadores — um governo anti-operário, toda uma legislação repressiva, as intervenções nos sindicatos — no entanto, a repressão não chegou até a base do movimento operário. Ou seja, toda uma gama de militantes que viveram a situação anterior passam a buscar uma nova forma de organização para enfrentar aquela realidade totalmente nova. Só que desta vez já não tinha mais o governo João Goulart, aquelas lideranças populistas e sindicais.

Eram os sindicatos sob intervenção e um governo militar. Uma situação nova, mas tínhamos já aquela experiência anterior. O movimento operário começa a se reorganizar, pela base, a partir de comissões de fábrica etc., e é a partir desta situação concreta que surge a perspectiva de oposição sindical.

Analisando esta pequena história podemos ver que a partir de 64 o movimento dos trabalhadores passa a buscar a prática de um novo sindicalismo. E neste processo algumas coisas já avançaram. Hoje em dia, uma parcela significativa do movimento operário a nível nacional já assume a perspectiva de um novo sindicalismo, autônomo, democrático e independente.

gilney amorim viana



O PT e o bloco dos explorados e oprimidos

É uma iniciativa que deve ser olhada com maior carinho do que essas iniciativas do PTB e do PS. Porque? Porque parte de dirigentes sindicais operários, embora esses dirigentes sindicais sejam bastante heterogêneos política e ideologicamente. Segundo porque isso representa uma iniciativa que há muitos anos não parte da classe operária e dos trabalhadores, e até agora, não caiu no circuito das lideranças burguesas. Terceiro, porque suscitou no meio operário uma discussão política altamente positiva, colocado como foi como uma iniciativa operária, levantando concretamente a necessidade dos trabalhadores terem os seus próprios partidos. Quarto: levantou uma crítica correta ao MDB, no geral; e às iniciativas do PTB e do PS, articulações por líderes burgueses ou pequeno-burgueses que nada têm a ver com o movimento operário real. E neste sentido é uma tese mais avançada. Sexto: colocou claramente para os trabalhadores a alternativa da luta política institucional, o que será importante, e principalmente em termos de massa, de chegar até os mais diversos setores das massas trabalhadoras essa idéia, e é bom que se diga, até agora, se diz que será independente da burguesia.

Porém

Contudo se existem estes dados positivos que devem ser considerados, existem os negativos que devem ser pesados: parte de dirigentes sindicais, e a maioria dos que aprovaram a tese e que estão tentando articular, são pelegos notórios, alguns vulgares traidores da classe operária e dos trabalhadores em geral (como o Joaquim de São Paulo; o Amorim, de Osasco; o João Soares de Belo Horizonte, e assim por diante). Segundo: até agora não se definiu os rumos que pode tomar. Embora isto seja natural pois está em fase de discussão, existe uma tendência de algumas lideranças operárias de atrelar o Partido aos sindicatos e vice-versa, como, vamos assim dizer, o Partido Trabalhista inglês e os sindicatos ingleses.

Isto é muito mal, deve ser combatido radicalmente. Terceiro: se vê claramente que a maioria dos dirigentes sindicais envolvidos estão fazendo o jogo por puro oportunismo: querem manter o domínio sobre os sindicatos e ao mesmo tempo atuar no nível político; e inclusive para continuarem mantendo o domínio sobre a máquina sindical. Alguns, admitem a democratização real, ou pelo menos respeitam a oposição sindical, e as demais tendências políticas de esquerda. Quarto: contudo, mesmos os mais "autênticos" desses líderes sindicais tem grandes resistências quanto a Esquerda; e podem cair numa tendência corporativista muito ruim. Mas essa é uma questão indefinida. Quinto: ainda não foi pesado todas as

Nas últimas lutas que tem se travado no país, a partir de 77, passando pelas greves de maio de 78, as do fim do ano e as de início de 79, deixando de lado as vitórias parciais, o principal é que estas lutas estão se dando num novo marco, na busca deste novo sindicalismo. Começam a aparecer as experiências de comissões de fábricas, começa a haver um choque mais direto com a estrutura sindical, dentro do sindicalismo oficial passa a haver certas variantes como os sindicalistas autênticos. Tudo isto faz parte da luta pelo rompimento da estrutura sindical oficial. E neste sentido que se dão e se proliferam as oposições sindicais atualmente nos principais centros industriais do país. São os setores mais avançados do movimento operário que passam a se organizar dentro de uma nova perspectiva.

Quem é oposição?

E frente a isto tudo é que julgo de extrema importância a realização de um encontro nacional das oposições sindicais. Como entendendo a oposição sindical de forma bastante ampla, quem está lutando por uma nova estrutura sindical, por um sindicalismo organizado a partir das empresas em comissões, por uma Central Sindical que seja de fato um órgão representativo do conjunto dos trabalhadores, quem está lutando por isto aí, seja uma diretoria sindical, sejam grupos de trabalhadores dentro das fábricas, trata-se de uma mesma coisa.

É nesta perspectiva que vejo a realização do encontro nacional das oposições sindicais. Não devemos ter muita pressa nisto, pois deve-se percorrer todo um processo de preparação. Mas o encontro será um marco fundamental na socialização de experiências, de linhas concretas de ação que unifiquem o movimento sindical nacionalmente fora da estrutura sindical oficial.

Isto não é sindicalismo paralelo, mas sim a forma mais eficaz pela qual os trabalhadores devem combater a estrutura sindical, pois dentro dela mesma é impossível sua modificação na direção de um sindicalismo independente, autônomo e democrático.

José Ibrahim é ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco

implicações de organização de um partido dos trabalhadores.

Naturalmente que de uma articulação conduzida por líderes operários-sindicais "autênticos" misturados com pelegos pode dar de tudo; e pode dar um partido social-democrata que jamais apontará a alternativa de poder político para a classe operária, dentro de perspectiva socialista. Contudo, a questão do PT é mais complexa do que a questão do PTB e do PS. Pelas razões todas acima levantadas, e porque temos defendido claramente a necessidade de se constituir partidos dos trabalhadores não podemos ser contra essa tese. E não podemos deixar de participar das discussões sobre as mesmas, no movimento operário. Mas, estamos com aqueles que no movimento operário defendem a necessidade de se fazer uma discussão a mais aprofundada possível para se chegar a um partido dos trabalhadores. E, ao mesmo tempo, fazer as críticas que alinhavamos atrás, procurando combater e deslocar os pelegos e tentar fazer uma frente com os dirigentes sindicais "autênticos".

O PT tem que ser independente

Quanto ao programa, a questão central é a independência frente aos partidos e às lideranças burguesas, ao Estado Burguês. E isso, necessariamente, se necessário explicitamente, colocará a questão da perspectiva socialista. Também aqui não estamos incongruentes com a tese da Frente de Oposição Popular, que defendemos. Contudo deixamos claro, achamos mais efetivo, mais prático, mais tático, partirmos para a estruturação dessa frente primeiro, que é um instrumento capaz de satisfazer as exigências de luta nas atuais condições, na atual conjuntura. Mesmo porque essas articulações partidárias, e principalmente as que tenham verdadeiramente interesse, como a do PT, podem ficar amarradas durante muitos anos e esses anos que estamos vivendo são muito importantes em termos de políticos.

Ademais, mesmo para os que estão envolvidos e que merecem ser — pelas suas posições — procurados para um acordo político, essa frente, este movimento político de massas, será vantajoso e positivo. E nisto nada temos a objetar, estamos trabalhando em frente, e respeitamos os interesses de facções e tendências, desde que estes sejam respeitados na prática, principalmente na prática da luta de massas, que terão que ser expressos numa linha de massas comum, os pelo menos compatível, coordenada.

Gilney Viana é preso político no Rio de Janeiro, cumprindo pena desde 1970, acusado e condenado por atuação na Organização Revolucionária Popular - CORRENTE.



O canto da sereia está embriagando...

editorial

Passado o primeiro surto grevista do governo Figueiredo, bem como o desafio que ele impôs ao projeto de abertura, a oposição volta a ser hegemônica pelos liberais e a ter o parlamento como palco principal de luta. E o que assistimos então é um marasmo total, perplexos que estão os parlamentares com a ousadia de Figueiredo em roubar-lhes suas bandeiras. O AI-5 caiu, a anistia já vem aí, a ação dos aparatos repressivos está temporariamente suspensa ou reduzida. "Não basta mais fazer oposição na base do simples NÃO. É hora de propor alternativas face às investidas do regime" dizem todos.

Mas, se quisermos de poder, vários emedebistas se delam levar pelo canto de sereia de Figueiredo e começam a articular ostensivamente partidos auxiliares à "transição democrática".

Para os demais, não há o que esperar. Bandeiras não faltam às oposições mais consequentes. Elas estão aí, nas resoluções dos congressos de trabalhadores, no movimento estudantil, nas várias lutas setoriais dos seg-

mentos explorados. O que falta, isto sim, é dar a elas, bem como às forças que as sustentam, uma moldura orgânica, partidária. Esta é a questão central da conjuntura atual: a questão organizativa. E que não será rompida positivamente enquanto setores oposicionistas ficarem à deriva do regime e da oposição liberal aguardando a hora e a ilha a desembarcarem com segurança.

A hora é de ousar e arriscar. A segurança é oportunismo daqueles que, presos à tradicional demagogia populista, querem simplesmente dar uma roupagem nova à sua política, e não vêm ainda com certeza qual roupa estará mais em moda nos tempos vindouros.

Radicalizar o sentido das franquias políticas clássicas que estão sendo prostituídas pelo regime com a bênção dos liberais, e levar para o terreno social e nacional a democratização apontando já para sua solução: o socialismo. Estas são bandeiras que nenhuma abertura roubará e que conseguirão transformar o descontentamento atual dos explorados numa força política contra o regime e suas bases de sustentação social.

O porquê da anistia parcial

O projeto de anistia anunciado quarta-feira pelo regime é ainda mais parcial do que se esperava. Todos os condenados por prática de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal estão excluídos — e não apenas os que praticaram os chamados "crimes de sangue". Não há reintegração de funções para os anistiados a não ser em alguns casos especiais e sujeitos a uma série de requisitos. Enfim, Figueiredo estende u'a mão enquanto, na outra, guarda bem forte, intocável, todo o aparelho repressivo da ditadura.

Por Flávio Andrade

No mesmo dia em que o general Figueiredo anuncia seu projeto de anistia parcial, o Ministro do Exército Walter Pires vem a público, através dos jornais, com declarações de que os aparelhos repressivos, os DOI-CODI "são responsáveis por não estar ainda o país entregue aos comunistas".

Na declaração do Ministro talvez esteja embutida a explicação do porquê o regime excluiu da anistia "aqueles condenados com base na Lei de Segurança Nacional pela prática de terrorismo, assalto, sequestro ou atentado pessoal". É que a institucionalização do regime autoritário em curso não pretende tanto ao ponto de por fim aos aparelhos repressivos da ditadura. Uma anistia ampla, por mais que se tentasse enfeixá-la nos quadros da pacificação nacional e do desarmamento de espírito, colocaria a nu os crimes da ditadura — sequestros, torturas, mortes, desaparecimentos etc. — bem como seus executores e, por decorrência, abriria mais espaço para o passo seguinte da luta que vai na direção da punição dos responsáveis por estes crimes e pelo desmantelamento dos aparelhos repressivos.

Algo insuportável para a "abertura" de Figueiredo, é óbvio. Outras razões também devem ter pesado. A linha dura nas FFAA, se com dificuldade digeriu esta anistia parcial, de forma alguma suportaria ver aberto o caminho para ser posta no banco dos réus. Há casos já sabidos de militares que, diante dos exemplos de justicamento na revolução iraniana, se puseram de guarda contra perspectiva semelhante aqui no Brasil. Por outro lado, não deve ter ficado fora dos cálculos do regime o poder divisionista que uma anistia parcial teria sobre as oposições, puxando para o seu lado os liberais e mesmo certos setores mais reformistas na es-

querda que estão se arrefecendo na luta pela anistia, isolando a "extrema esquerda". E também não está fora das razões, a necessidade do regime se erguer como juiz da medida exata da anistia, impondo e reafirmando assim sua direção no processo de abertura.

Minha mão estendida está cheia. De que?

Figueiredo afirmou que isto "é uma prova de que sua mão estendida não está vazia", e que esta anistia "se inscreve dentro da boa tradição brasileira" no ramo. A mão não está vazia, de forma alguma, pois nela estão intocáveis todos os DOIS, DOI-CODI etc., prontos para entrar em ação tão logo a "abertura" escape do controle. É a boa tradição brasileira, ao contrário do que quer distorcer o general, é na linha da anistia ampla. No fim do Estado Novo, por exemplo, foram anistiados todos os que participaram da chamada Intentona Comunista de 35; em 1951, foram anistiados os que sequestraram aviões no movimento de movimento de Jacaréacanga, e outros casos mais.

Se o regime pretende já, mudar a médio prazo sua posição — quando o Figueiredo menciona que esta "é a melhor anistia para o momento" — é uma questão sobre a qual não cabe especular. O fato é que ao sair a anistia parcial e irrestrita — pois não há reintegração automática nas funções — que as pessoas ocupavam na época da punição — o regime deixou patenteado o caráter meramente institucionalizador do autoritarismo que está em processo.

Quanto a isto, se lidem apenas os liberais e seus eternos companheiros de viagem dentro da esquerda. O que, por outro lado, vem redefinir os termos e as forças para a nova etapa em que entra a luta pela anistia. A conquista daqui para frente do cará-

ter amplo, geral e irrestrito se liga indissoluvelmente à punição dos criminosos do regime e ao desmantelamento do aparato repressivo. E na medida em que forças para esta luta somente virão da entrada em cena "mais vigorosa dos setores populares, em especial dos trabalhadores, esta luta se ligará, por sua vez, com a liberdade sindical, com o fim do arrocho, enfim, com as plenas liberdades democráticas e a democratização social.

Esta tarefa e este momento estão hoje sendo preparados e, se a anistia agora tem méritos — e não há como negar o caráter de conquista parcial das oposições — entre eles está sem dúvida, também, o de demarcar campo na oposição entre, de um lado aqueles para quem a ditadura acabou e, de outro, aqueles para quem a ditadura ainda está aí — na farsa da abertura, bem como no cotidiano, nos locais de trabalho, de moradia, nas condições de vida em geral dos trabalhadores.



Na imagem como na anistia, no fundo, por trás das aparências, está o regime do "prendo e arrebo".

CPI da corrupção

A ARENA boicota e o MDB consente

O recesso parlamentar aproximado e, até agora, o MDB não conseguiu fazer funcionar a única CPI que lhe foi permitido propor na Câmara Federal, a que deveria investigar os escândalos na área energética.

Nada pôde ainda ser apurado a respeito da compra da Light, da especulação com ações da Petrobrás na Bolsa, do Polo Petroquímico de Camaçari, dos contratos de risco ou da venda de gasolina ao exterior a preços abaixo do mercado. A Arena, através de seu líder Nelson Marchesan, não permite que a CPI se instale. Os nove arenistas que compõem a comissão simplesmente não se apresentam para o trabalho.

Como se vê, o projeto figueirediano de abertura não implica apenas no veto a toda e qualquer investigação das torturas. A oposição também está impedida de averiguar os casos de corrupção que envolvem figuras da administração atual e da anterior.

"Parlamento de Partido Único"

Freitas Nobre, líder do MDB na Câmara, afirmou na semana passada que o rompimento do acordo de lideranças para a constituição de CPIs está criando no Brasil a condição de "parlamento de partido único", pois somente o partido do governo tem possibilidade de constituir suas comissões de inquérito.

O "acordo de lideranças", a que Freitas se referiu, estabelecia que das

cinco CPIs permitidas pela Constituição para funcionarem simultaneamente, a Arena proporia três e o MDB duas. "Bastou que a bancada do MDB aprovasse a CPI dos direitos humanos — explicou o líder oposicionista ao jornal "Estado" — para que a Arena quebrassem o acordo e fechasse a possibilidade ao partido da oposição de constituir qualquer outra CPI".

O que Freitas não revela, no entanto, é que desde o episódio da CPI das torturas (que toma o cuidado de não chamar pelo verdadeiro nome), ele está sem falar com Marchesan. O líder emedebista ofendeu-se com a revelação feita no ocasião pelo líder arenista de que havia um acordo para que as torturas não viessem a ser investigadas pelo Parlamento. Em consequência, sequer tentou negociar a instalação da chamada CPI energética. Limitou-se a designar os oito emedebistas que compõem a comissão e a indicar o deputado João Cunha para presidir-lá. E deixou tudo, ofendido que estava, a cozinhar em banho-maria, conforme desejo da Arena que, obviamente, não manifesta nenhuma pressa em investigar coisa alguma.

Freitas e Marchesan

Freitas rompeu todos os entendimentos com o partido governista e ficou nisto. Não foi à tribuna denunciar à Nação o que estava acontecendo. Sequer designou um de seus vice-líderes para falar do as-

sunto. Preferiu deixar tudo como estava para ver como fica. O líder oposicionista, por sua indecisão e omissão, é sem dúvida um dos maiores responsáveis pelo fato de o governo Figueiredo, que assumiu o poder completamente desmoralizado, estar conseguindo manter a inelutável política, além de conter e derrotar a maior parte dos movimentos populares. No Congresso, o novo general-presidente jamais esteve acuado.

A questão da CPI energética (ou da corrupção, como muitos a designam) somente voltou ao noticiário da grande imprensa (e mesmo assim com pouco destaque) depois que o deputado João Cunha, rompendo toda prudência que seria de se esperar de um presidente de CPI, foi à tribuna para denunciar a atitude do partido governista.

Cunha, agora, ameaça virar a mesa. Segundo o deputado do ex-grupo autêntico, se até agosto (depois do recesso) a CPI não estiver instalada, ele voltará seguidamente à tribuna para rerepresentar as denúncias de corrupção, na área petrolífera acrescidas de novos elementos, alguns envolvendo até o ex-presidente Geisel.

Resta saber se em plena época de discussão e votação do projeto governista de anistia haverá tempo e espaço na chamada grande imprensa para assuntos tão incômodos ao governo como os que o deputado oposicionista pretende levantar. (R.G.)

Famílias querem que o governo esclareça o desaparecimento dos guerrilheiros do Araguaia

Famíliares de 14 participantes da Guerrilha do Araguaia — vários dados até hoje como "desaparecidos" — interpelaram judicialmente, esta semana, o presidente João Figueiredo, para que no prazo de um mês levantasse o sigilo que encobre os fatos "do mais importante movimento armado já ocorrido no Brasil", conforme o qual ficou o próprio general Hugo Abreu, um dos militares que dirigiu a repressão contra os guerrilheiros.

Através dos advogados Luiz Eduardo Greenhalg e Francisca Abgail Paranhos, as famílias moveram a ação com vistas a obter respostas concretas a cinco indagações:

— quais as pessoas presas durante o transcorrer da Guerrilha do Araguaia, por a terem integrado?

— quais seus destinos?

— qual a identificação dos guerrilheiros mortos em combate?

— onde se encontram seus corpos?

— que documentos lhes confirmam as mortes?

A dúvida torturante

No texto da interpelação, os advogados argumentam sobre a legitimidade e as pretensões das famílias: "Mais torturante do que uma certeza triste, é a dúvida duradoura, que, a cada dia renova a dor e a agitação. E essa dor ganha relevo e cor quando os que são por ela tormentados, se sentem impotentes para desfilar o cipal de incertezas que os aflige".

Depois de um minucioso levantamento de declarações de autoridade,

Eis a relação dos 14 do Araguaia, cujas famílias buscam o paradeiro:

1. Adriano Fonseca Fernandes, nascido em 1945, formado em Filosofia no Rio e funcionário do Tribunal Superior do Trabalho.
2. Paulo Roberto Pereira Marques, de 1949, encanador, domiciliado em Itapetinga, Bahia.
3. Rosalindo Souza, de 1940, advogado.
4. Jana Moroni Barroso, de 1948, bióloga, formada no Rio.
5. Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, de 1946.
6. Wandick Reides Pereira Coqueiro, de 1949.
7. Dinaelza Soares Santana, de 1949.
8. Arildo Valadão, de 1948, estudante de física no Rio.
9. João Carlos Haas Sobrinho, de 1941, médico.
10. Idalio Soares Aranha Filho, de 1947, estudante de psicologia.
11. Maria Lucia Petit da Silva, de 1950, professora primária.
12. Jaime Petit da Silva, de 1945, estudante de engenharia.
13. Lucio Petit da Silva, de 1943, engenheiro.
14. Helenira Rezende de Souza Nazareth, de 1944, estudante de filosofia na Universidade de São Paulo.

A resposta dos trabalhadores à recessão

Por Andreas Mala

Depois de muitas declarações contraditórias dos ministros da área econômica sobre as perspectivas recessionistas para a economia, a divulgação das diretrizes básicas para a formulação do III Plano Nacional de Desenvolvimento, na semana passada, veio confirmar aquilo que os trabalhadores já estavam sentindo na pele. O que Simonsen tem eufemisticamente chamado de "desaquecimento" se revela — quando as diretrizes "prevêem" um crescimento econômico médio até 1985 de cerca de 6% ao ano — como recessão curta e grossa. De outro lado, a generalidade das diretrizes — um amontoado de intenções vagas e demagógicas sobre a necessidade de distribuir a renda — é sintomática da falta de alternativas do governo para enfrentar a crise dentro dos marcos da "abertura". O crescimento econômico deste primeiro semestre de 79, em torno de 2,5%, é o sinal do desemprego que pode-se esperar daqui para frente. Diante desta realidade, os trabalhadores devem se armar já de uma estratégia de ação que não se restrinja à mera defesa dos níveis atuais de salário. E que, se levada a contento, terminará questionando a própria natureza da economia capitalista, jogando assim a luta política para um patamar mais elevado.

A inflação foi definitivamente incorporada como uma das características do declínio do sistema capitalista. Graças à inflação que o capitalismo procura escapar das crises econômicas periódicas e inevitáveis, manipulando a inflação do crédito às empresas, a inflação do crédito ao consumidor, aumentando os gastos improdutivos do Estado, etc. os grandes monopólios e os "trusts" multinacionais asseguraram os meios financeiros para efetuar seus projetos de investimentos gigantescos.

A inflação em nosso país tornou-se galopante. Supera na realidade os índices oficiais e deverá ultrapassar este ano os 50/60 por cento. E o combate à inflação galopante proposto pelo governo Figueiredo e pela administração da política econômica do país tem a intenção de desacelerar a demanda, desacelerar a economia, enfim, fazer vingar uma política econômica de recessão. Isto é desmentido oficialmente, mas os fatos estão aí para provar. A política de arrocho salarial foi reforçada como forma de combater a inflação (vide o discurso do Figueiredo no 1.º de maio tentando justificar o magro índice de 45,4 por cento para aumento do salário mínimo).

Acrescente-se a isso as promessas do Banco Central de cumprir a meta de restringir o crédito no segundo semestre, não se esperando para este período um crescimento da economia e em especial da indústria. Não deixa de ser fascinante para os grandes monopólios capitalistas uma recessão generalizada como forma de aumentar a rentabilidade do sistema econômico capitalista e de conter as reivindicações de um movimento operário que começa a crescer e ganhar confiança em suas forças. A política econômica do governo é muito clara em sua defesa do grande capital: aumentar o desemprego e o arrocho salarial não só como forma de conter as reivindicações operárias, mas como forma de retomar o fôlego da economia capitalista. A recessão passa a ser o mecanismo pelo qual o modo de produção capitalista prepara o novo arranque da máquina de acumulação, isto é, a reelevar dos lucros capitalistas. Objetiva desvalorizar o valor global do capital (as empresas mais fracas são

eliminadas) e por consequência, aumenta a taxa de exploração da classe trabalhadora.

Diante da inflação não basta a defensiva

Em tempos de inflação galopante, que ameaça transformar-se em recessão generalizada, o movimento operário não pode resignar-se a uma batalha defensiva, apenas com vista à restabelecer o poder de compra dos salários. Vejamos o exemplo dos operários do ABCD paulista. O dirigente sindical Luis Inácio da Silva, "Lula" afirmou que o acordo de 63 por cento de aumento obtido nas negociações "é razoável" e "que não haverá problemas de aceitação por parte dos trabalhadores".

E' verdade que os metalúrgicos do ABCD obtiveram uma vitória, fruto não das negociações com os patrões e o governo, mas da greve de massas, com sua mobilização combativa. Mas perante uma política recessionista por parte do governo, fica uma pergunta: e agora? As lições da greve dos metalúrgicos do ABCD não deve ofuscar uma verdade, ou seja, na conjuntura de crise que se anuncia, os trabalhadores correm o risco de serem enfiados pela divisão entre aqueles que estão prontos a abandonar uma parte do seu poder de compra para conservar o emprego, e os desempregados, cada vez mais desesperados, prestes a abandonar uma solidariedade de classe para obterem um emprego, custe o que custar. E' necessário para os trabalhadores uma política de resposta global e conjunta à crise, por meio da mobilização interprofissional unitária.

Os elementos essenciais para uma resposta desta natureza devem combinar a luta por aumento de salários com vistas a defender o poder de compra dos trabalhadores com reivindicações visando a realização do pleno emprego. A luta que vem se travando por um salário mínimo nacional unitário, que atenda as necessidades básicas do trabalhador, deve estar indissoluvelmente ligada à luta pela escala móvel dos salários a cada vez que o custo de vida aumentar (aumentos a cada 5 por cento, por ex.). O que se chama

des, entre elas o ex-presidente Geisel, o atual senador Jarbas Passarinho e o general Hugo Abreu, bem como de reportagens publicadas na grande imprensa e na imprensa alternativa, e até mesmo livros sobre o assunto, os advogados afirmam que já não se pode mais negar a existência da Guerrilha do Araguaia, como durante muito tempo o governo procurou fazer. E, concluíram, taxativos: "É indubitável a ocorrência da guerra civil. Por outro lado, forçoso é reconhecer que o movimento guerrilheiro foi vencido. E que à exceção de José Genóino Neto, o paradeiro dos demais é desconhecido. Houve mortos e presos entre os guerrilheiros e todos foram identificados".

Caso os guerrilheiros que são objeto desta interpelação tenham morrido em combate, pretendem os familiares "dar-lhes sepultura digna e conhecida". Por outro lado, "a morte tem sérios reflexos jurídicos, no direito de família e no direito das sucessões", e isso leva os parentes dos militantes da guerrilha de Kambôá a pretender "seja-lhes lavrado o assento de óbito ou sejam fornecidos elementos que permitam a justificação judicial do óbito, de vez que os mortos e prisioneiros foram identificados pelas Forças Armadas". Finalmente, alegam "seria confortador conhecer as circunstâncias em que as mortes se operaram, para que não seja fragmentada a história de suas vidas".

O documento que interpela o general Figueiredo lembra que "é sabido existir relatório oficial, que, datado de janeiro de 1975, consta como marco final do movimento guerrilheiro, e que, por certo, tem a instrução o nome e a qualificação de todos os do movimento participaram, do lado adversário". Além disso, ao guerrilheiro sobrevivente, José Genóino Neto, foram exibidas durante os interrogatórios que sofreu, fotos de guerrilheiros mortos e suas qualificações, de posse do Pelotão de Investigações Criminais do Exército, em Brasília, conforme vários documentos que ele concedeu com muita repercussão na imprensa.

convenionalmente de "luta por aumentos de salários" é, em épocas de crise, inflação galopante e recessão, uma luta para restabelecer e não para aumentar os salários em relação à alta do custo de vida. Só quando este restabelecimento se torna automático, por meio da introdução da escala móvel, pode a luta por aumentos verdadeiros do poder de compra dos trabalhadores iniciar-se realmente.

A questão do emprego é vital

A obtenção do pleno emprego é a outra face da resposta operária à crise no seu conjunto. O desemprego crônico, estrutural, vem atingindo a grande massa de trabalhadores braçais, não qualificados (65 a 70 por cento da população marginalizada de qualquer progresso social, já sofre os efeitos do desemprego crônico). A recessão atingirá por sua vez os trabalhadores mais especializados que serão jogados na miséria e na marginalização, na medida em que passarem a sofrer os efeitos diretos e indiretos do desemprego. E' necessário passar a luta pela redução da jornada de trabalho (as 40 horas semanais, a eliminação das horas extras, os contratos coletivos, etc.) e repartir o trabalho entre todos os trabalhadores sem emprego (a escala móvel das horas de trabalho sem redução do salário).

A garantia para esta resposta global à recessão, protegendo o emprego e o poder de compra dos trabalhadores implica a luta pela conquista da democracia e independência dos sindicatos. O que implica no direito dos trabalhadores estabelecerem seus próprios índices de custo de vida como base para os aumentos salariais e no controle dos trabalhadores da contabilidade e do "segredo comercial" das empresas. Mais uma vez citamos o exemplo dos metalúrgicos do ABCD, onde travou-se uma batalha infernal sobre os índices de aumento salarial. Com a autonomia sindical e com a abertura dos livros de contas das empresas, os trabalhadores poderão reagir de forma eficaz às manobras das empresas, em especial das multinacionais que escapam a qualquer controle da sociedade, no que se refere à disparidade entre os lucros capitalistas e as medidas patronais com vistas às demissões de trabalhadores e ao escalonamento dos aumentos salariais.

Esta proposta não poderá ser jamais resultado de um acordo dos trabalhadores com alas da burguesia "nacional e progressista". Não há meios de se reagir à inflação galopante e seu polo oposto, a recessão, sem suprimir o regime capitalista. E' uma proposta anti-capitalista, que reconhece a inevitabilidade do confronto de classes. Não desemboca na desmobilização, na contenção e na fragmentação das lutas operárias. Pressupõe, pelo contrário, uma mobilização unitária e global dos trabalhadores, bem como o desenvolvimento das formas e iniciativas de auto-organização expressas hoje no movimento pela criação das Comissões Operárias nas fábricas e empresas.

Militância armada. Traição pela TV. Eu fui para a TV. Mas pago esta

MANOEL HENRIQUE FERREIRA, ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), condenado a 57 anos e 3 meses de reclusão, vive atualmente no Presídio Político do Rio de Janeiro.

Pela primeira vez no Brasil, toda a história das traições pela televisão. Eis como a ditadura conseguiu que militantes políticos da esquerda fossem para a TV trair suas organizações, seus antigos companheiros e falar bem do regime.

1 O testemunho de Manoel Henrique Ferreira, ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), datado de janeiro de 1976 e endereçado a Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, é composto por 17 páginas, datilografadas em espaço mínimo, contendo mais de 800 linhas. O testemunho é, na verdade, um pequeno livro, ou melhor, tem as dimensões do que pode vir a ser um grande livro-denúncia.

O roteiro do testemunho de Henrique foi feito por ele mesmo, na abertura do documento:

"Relatarei de início as causas e motivações que me levaram a ingressar no movimento revolucionário surgido no Brasil no final da década de 60, bem como (isso) se deu, qual era a minha formação política e ideológica, e como encrava minha participação nesse movimento."

Esta parte, como duas outras das seis que compõem o testemunho, será resumida nesta edição. Abriremos espaço para publicar na íntegra os trechos que abordam a ida à televisão, as promessas dos porta-vozes da ditadura, as relações e depoimentos na Justiça Militar, "o não cumprimento dos compromissos por parte da repressão" e as conclusões finais a que chegou o ex-militante da esquerda armada.

Para que se tenha uma idéia clara do conjunto do testemunho, eis os outros pontos do roteiro:

"Seguindo, farei um relato de minha militância, da prisão, das torturas, assim como do papel que elas tiveram em meu comportamento posterior. Nesta parte, relatarei como foram essas torturas, citando os métodos utilizados e os nomes de alguns torturadores."

Da miséria à guerrilha urbana

2 Orlado de uma família operária, vivi até os 10 anos no interior de Minas Gerais. Após o falecimento do meu pai, em 1959, mudei-me com minha mãe e cinco irmãos para São Paulo. Era o mais velho dos irmãos e cheguei a São Paulo na condição, juntamente com minha mãe, de sustentáculo da família.

Nessa época, Manoel Henrique "Há" tinha ainda 14 anos. Trabalhava engraxando sapatos e vendendo doces, para poder frequentar o curso secundário à noite. Sua mãe trabalhava como empregada doméstica. Moravam numa favela. Uma vida comum a milhões de compatriotas, portanto.

A revelação maior entre a extrema miséria de sua família e a vida boa da minoria da sociedade ele a obteve quando passou a trabalhar numa loja de modas para madames. "Pessoas bem vestidas — diz ele — pagavam por um vestido uma quantidade de dinheiro que daria para alimentar diversas famílias".

Depois, foi a busca para entender tal disparidade. Começou a observar as pichações nos muros da cidade. A ouvir os colegas. A fazer muitas perguntas. Ingressou aos poucos no movimento estudantil. E depois de participar de sua primeira passeata, estabeleceu contatos que lhe abriram as portas para o trabalho político.

"Em 1967, já tinha respostas do porquê de todo aquele contraste, que tanto me marcara quando da minha chegada a São Paulo. A minha preocupação mudara: Eu agora vivia a pensar em qual seria o meio para se acabar com toda aquela miséria, com tantas desigualdades".

Logo após ter formado um Grêmio Estudantil na escola em que estudava, Manoel perdeu sua mãe. Resolveu, então, levar os irmãos para a casa de parentes no interior e voltar sozinho para São Paulo. Explicou sua decisão para os irmãos e disse: "Volto para a cidade para lutar contra o capitalismo".

Sobre o ingresso numa organização revolucionária, as conclusões de Manoel são claras:

"O que me levou a ingressar numa organização revolucionária, o que me levou a procurar o caminho para o comunismo, não foi uma formação político-ideológica, não foi um conhecimento científico da inevitabilidade histórica da ascensão do proletariado, da derrubada do capitalismo. Nem tampouco foram influências sofridas de membros de organizações ou Partidos que porventura atuassem à minha volta. Os conhecimentos teóricos, políticos, que eu possuía, eram insuficientes para um embasamento maior. O que me impulsionava era, realmente, o conhecimento de uma realidade, era saber que existia um sistema injusto e que se poderia mudá-lo".

Prisão e torturas

A militância armada e, logicamente, clandestina de Manoel durou 4 anos. No dia 7 de maio de 1971, ele foi preso.

"Minha atuação clandestina se deu basicamente em grupos de fogo, onde participei de diversas ações armadas. Durante o tempo dessa militância, vários companheiros que atuavam próximos a mim foram presos ou mortos pelos órgãos de repressão".

Apesar disso, Manoel reconhece,

Além do resumo da passagem de Manoel Henrique pelas mãos de seus algozes, divulgaremos a lista de 26 nomes de torturadores, apresentada no testemunho.

"Depois, entrarei então na fase de como foi encaminhada e como se deu minha ida à televisão, procurando destacar as causas, as promessas recebidas e os compromissos assumidos por mim e pela repressão, as declarações que eu deveria fazer etc. Dentro dessa parte, narrarei ainda meu comportamento no relacionamento com a repressão, os compromissos assumidos em relação à Justiça Militar".

Continua Henrique, explicando a parte que se encontra, aqui, na íntegra:

Depois, relatarei o não cumprimento dos compromissos por parte da repressão, e o início de meu entendimento de que não passava de um instrumento, de um joguete".

Finalmente, ele denuncia o assassinato de STUART EDGAR ANGEL JONES, "ocorrido no Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), em maio de 1971" e apresenta suas conclusões sobre a experiência vivida nos porões da ditadura.

O relato de Manoel Henrique Ferreira, que vive atualmente recluso no Presídio Político do Rio de Janeiro, condenado a 57 anos e três meses de reclusão, é inédito no Brasil princi-

em seu testemunho, que não encarava como uma possibilidade real e até próxima o enfrentamento com a repressão. Acreditava mais na possibilidade de "vir a ser morto", achando que "as possibilidades de vir a ser preso vivo eram bastante remotas".

No dia 7 de maio de 1971 sua expectativa foi contrariada. Preso, passou a receber o tratamento dispensado pelos órgãos repressivos a todos que caíam em suas malhas. Espantamento. Chocou. Tentativas de afogamento. Tortura nua e crua. Manoel desesperou-se logo que começou a ser torturado. E passou a entregar tudo. O que sabia — e lavava à prisão seus companheiros — e o que não sabia, confirmando as informações que os agentes da repressão queriam.

"Fui levado para o DOPS-GB, jogado em uma sala cheia de policiais, que mesmo antes de qualquer pergunta colocaram-me no centro de uma roda e deram-me socos, pontapés e bateram-me na cabeça e no corpo todo com pedaços de pau".

(Os torturadores identificados por Manoel estão numa lista feita por ele, e que consta do testemunho, divulgada nestas páginas).

Do DOPS-GB, Manoel foi levado para o CISA — Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica —, depois para o DOI-CODI-SP (antiga OBAN — Operação Bandeirantes), para o DOI-CODI-GB e muitos outros. "Passei ainda por diversos outros estabelecimentos de tortura, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, sendo que em todos eles sofri algum tipo de tortura".

Nesse ponto, o depoimento de Manoel não difere do da maioria das pessoas que passaram pelas mãos da repressão nos últimos 15 anos, particularmente daquelas acusadas de integrar a esquerda armada nos anos 70.

Do "pau-de-arara" ao "afogamento" no meio da Baía da Guanabara, em plena madrugada. Manoel Henrique passou por tudo.

A "desestruturação" de Manoel

"O fato de não estar preparado para a prisão ficou demonstrado desde o instante de minha queda, quando entrei em verdadeiro pânico".

Manoel avalia, em seu testemunho, que "frente às torturas e aos torturadores" o seu estado "era de intenso terror". E deixa claro: "Isto levou-me a que passasse a ter um comportamento extremamente individualista, que se refletia diretamente no nível de colaboração que eu prestava aos torturadores".

Em meio ao depoimento, Manoel explica um dos comportamentos comumente usados pelas pessoas detidas, para tentar enganar as pessoas detidas, o jogo do "bom" e do "mau". O caso é simples e razoavelmente conhecido. Enquanto um grupo de torturadores baixa o pau e faz ameaças constantes, outro grupo substitui o primeiro e, procurando ganhar a confiança do preso, trata-o relativamente bem, faz promessas, alimenta esperanças, sempre deixando claro que a negativa em colaborar poderá acarretar a volta do primeiro grupo.

No estado em que se encontrava, evidentemente Manoel se entregou de corpo e alma, às promessas abertamente feitas pelos torturadores "bonsinhos".

Era o primeiro passo de um caminho que acabou levando-o ao vídeo da televisão.

palmente quanto à revelação de como o regime ditatorial conseguiu obter confissões públicas por parte de ex-integrantes da luta revolucionária. Todo o artificialismo e falsidade dessas confissões públicas fica desnudada. A trama, conforme o testemunho, envolveu militares das três Armas e, inclusive, um oficial da AERP (Assessoria Especial da Presidência da República).

No momento em que o general-presidente João Baptista Figueiredo está encaminhando ao Congresso o

seu projeto de anistia, excluindo os acusados de praticarem os chamados "crimes de sangue" — e Manoel Henrique é um deles —, o testemunho e as denúncias desse ex-militante da esquerda armada, uma das vítimas das torturas e das vis armadilhas da ditadura que já dura 15 longos anos, soa mais alto:

"Estou pronto a responder pelas denúncias que aqui faço em qualquer organismo ou tribunal que se dispunha à luta pelos direitos fundamentais da pessoa humana".

SOBRE OS TORTURADORES:

"Posso reconhecê-los em qualquer situação"

"Participlei em minhas torturas, oficiais do exército, da marinha, da aeronáutica e também diversos agentes civis. A maioria deles usava codinomes e alguns nem sequer vi, pois a maioria das vezes em que era torturado, ficava com um capuz na cabeça. De alguns outros não consegui saber seus nomes. Assim relacionarei os nomes ou codinomes de alguns desses indivíduos que direta ou indiretamente participaram das torturas:

- 1) Brigadiiro João Paulo Bour-nier — Chefe da Zona Aérea
- 2) Brigadiiro Carlos Afonso Del-lamora — Comandante do CISA
- 3) Tenente-Coronel Muniz ("Dr. Luiz") — do CISA
- 4) Tenente-Coronel Abílio Alcântara ("Dr. Pascoal") — do CISA
- 5) Capitão Lucio Bartoso ("Dr. Cesó") — do CISA
- 6) Capitão Alfredo Poock ("Dr. Roberto", "Flávio") — do CE-NIMAR
- 7) Major Friedman ("Nagib") — do DOI — CODI — GB
- 8) Tenente Hughes — do DOI — CODI — GB
- 9) Major Carlos Alberto Brihan-te Ustra ("Comandante "Tibiricá") — Comandante do DOI — CODI — SP (OBAN)
- 10) Major Dalmo Cirilo — do DOI — CODI — SP (OBAN)
- 11) Tenente Santa Rosa — da 2.ª seção do L.º E.C. 105 — lota-do no DOI — CODI — SP
- 12) Sargento PM Paulo Bordini ("Americano") — da equipe

- 13) "C" de interrogatório do DOI — CODI — SP (OBAN)
- 14) Capitão Ubirajara — Chefe da equipe "B" de interrogatório do DOI — CODI — SP (OBAN)
- 15) Capitão João Luis ("Dr. José") — Chefe da equipe "A" de interrogatório do DOI — CODI — SP (OBAN)
- 16) Pedro Ramiro ("Dr. Ramiro") — do DOI — CODI — SP (OBAN)
- 17) Inspetor Mario Borges — do DOI — CODI — SP (OBAN)
- 18) Inspetor Jair Gonçalves da Mota — do DOPS — GB
- 19) Teobaldo — do DOPS — GB
- 20) Eduardo ("Norminha") — do DOPS — GB
- 21) Delegado Rangel — do DOPS — GB
- 22) Delegado Edsel Magnotti — do DOPS — SP
- 23) João Carlos Tralli — do DOPS — SP
- 24) Dirceu ("J. C.") — do DOI — CODI — SP (OBAN)
- 25) Maurício José de Freitas ("Lunga") — do DOI — CODI — SP (OBAN)
- 26) "Dr. Pedro Paulo" — do CISA
- 27) "Dr. César" — do CISA

Desses nomes, todos eles tiveram participação nas torturas que sofri, seja diretamente ou através de ameaças e torturas psicológicas. Faltaram nomes de inúmeros outros torturadores que não consegui identificar ou que nem cheguei a ver. Das que vi e que não entendo se apenas o codinome, ou nem isso, posso reconhecê-los em qualquer situação".

"PORQUE EU FUI PARA A TV"

3 Dada a minha colaboração com a repressão, durante os interrogatórios a partir da minha prisão, colaboração esta que se deu em cima do fato de querer me livrar das torturas, a repressão, logicamente, notou que podia tirar um grande partido dessa situação. Não só ao nível da obtenção de informações, mas também ao nível de uma propaganda anti-subversiva. Desde que eu aceitasse prestar informações, incriminar pessoas que nem ao menos conhecia, poderia também colaborar ao nível propagandístico.

Assim como durante as torturas o meu comportamento se calou no individualismo egoísta, visando livrar-se daquilo, esse comportamento que acentuou agora, quando vislumbrou-se-me a possibilidade de uma rápida saída da prisão. Isso passou a ser meu objetivo e pensand o poder conseguir isso, deixei definitivamente de me preocupar com a luta revolucionária. Para mim, pensava, a luta terminara, tinha dado a minha colaboração, fui preso; agora tinha que me preocupar apenas comigo. Quem quisesse que continuasse a luta, não conseguia interiorizar que a cadeia, para o militante político, é uma extensão, uma continuação da guerra revolucionária. E baseada nessa posição individualista, oportunista, aceitei negociar com a repressão.

Oficial da AERP na jogada:

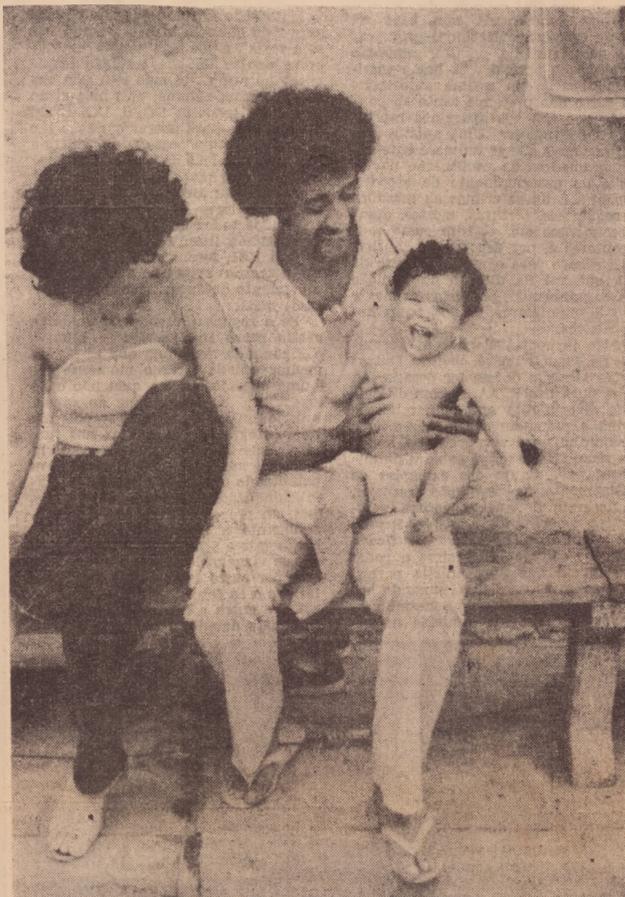
Ainda durante a fase em que era torturado, por diversas vezes fui levado à sala de análises do CISA, onde era interrogado pelo "Dr. Pedro Paulo" e por um outro oficial. Esses interrogatórios terminavam sempre com uma preleção sobre as realizações do comunismo no Brasil, etc. O objetivo dessas sessões era poder saber até onde poderia ir minha colaboração. Isso para mim estava claro, devido ao caráter das perguntas que faziam. Estas versavam sobre o que eu achava do governo, sobre a inexperiência da juventude que se

deixava influenciar por agitadores, sobre a campanha contra as torturas, etc. A uma pergunta, sobre se eu estava arrependido do que fizera, eu respondi afirmativamente. Ante essa minha afirmativa, o "Dr. Pedro Paulo" disse que se realmente eu estava arrependido deveria demonstrar isso colaborando mais com eles, e que se o fizesse, eles levariam isso em conta no tratamento que me dariam enquanto permanecesse preso. Depois de alguns dias, esses interrogatórios, que foram adquirindo um caráter de palestra, passou a contar com a presença de um oficial da AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência), que inteirado de minhas atividades e do comportamento que estava tendo, fazia uma sondagem: todas essas palestras passaram a ser gravações.

Proposta de traição pública

Em uma dessas palestras o enfoque foi a "campanha de difamação do Brasil no exterior". Após falarem que era um absurdo dizer que existia torturas no Brasil, pois afinal o que havia era um rigoroso interrogatório, o "Dr. Pedro Paulo" colocou-me que se eu concordasse em participar na desmistificação da campanha, eu estaria provando para as autoridades que estava arrependido, e com isso minha situação melhoraria. Dizendo que era para mim pensar naquilo, levou-me de volta à cela. No outro dia, um torturador, Tenente-Coronel Abílio Alcântara ("Dr. Pascoal") veio à cela com lápis e papel, dizendo que era para que eu escrevesse tudo o que achava sobre as torturas. De posse de lápis e papel e depois da conversa da noite anterior com o "Dr. Pedro Paulo", não hesitei. Escrevi um trecho dizendo não ter sido torturado, dizendo desconhecer a existência de torturas e passara apenas por um rigoroso interrogatório. Devo salientar que escrevi isto, quando ainda estava com o corpo cheio de ferimentos e marcas produzidas pelas torturas sofridas, quando ouvia diariamente gritos de quatro presos sendo torturados.

Nesse dia pela tarde, sou levado à presença do Tenente-Coronel Mu-



O registro de uma visita à cadeia, para ver Manoel

niz que disse ter lido minha declaração e gostara muito, e que devido a ela eu iria para uma cela melhor e que ele ia encaminhar aquela declaração para seus superiores que certamente procurariam ajudar-me. Dias depois, ao encontrar-me com o "Dr. Pedro Paulo", este perguntou-me se eu já havia sido transferido para uma cela melhor. Ante minha afirmativa, ele acrescentou que, isto se devia àquela declaração que eu fizera, e que isto mostrava também a boa-vontade deles em relação a mim, e que eu poderia conseguir mais desde que continuasse colaborando com eles. Passei a acreditar nisso, principalmente depois que saí da cela em que me encontrava e passei para outra, taqueada, com cama e colchão. Uma noite me foi entregue algumas apostilas contendo perguntas e respostas, sobre fatos como o significado da luta armada no Brasil, da campanha sobre as torturas, sobre pessoas que depois de presas, eram soltas e se reintegram à sociedade, etc. Depois de ter lido tudo isso, fui levado para a sala de análises, onde umas pessoas que eu desconhecia, mais o "Dr. Pedro Paulo", disseram que já tinham conhecimento de todo o meu caso e acreditavam que realmente estava arrependido de minha atuação, esse arrependimento, pois agindo assim poderia evitar que outras pessoas tomassem o mesmo caminho que eu. Falaram-me ainda, que se eu fizesse uma declaração pública, isto muito me ajudaria nos processos a que teria de responder. Disseram ainda, que não queriam uma resposta de imediato; que eu deveria pensar bastante nessa proposta e que depois voltariam a falar comigo.

Entrevista com o coronel

Dias depois fui transferido para a Vila Militar, para o L.º R. O. — 105 — Regimento Floriano. Ao chegar àquela quartel, fui entrevistado pelo comandante, Coronel Mario de Mello Mattos, que se mostrou satisfeito, através da 2.ª Seção, do fato de eu estar arrependido de minhas ações dentro da esquerda, e que ele acreditava nesse arrependimento baseado no depoimento que eu prestava no IPM por ele presidido, e que levaria isso em conta no tratamento que me daria enquanto permanecesse naquele quartel.

Na sexta-feira, após minha chegada naquele quartel, recebi a visita do "Dr. Pedro Paulo" e de um outro oficial que entrevistaram-me no Cassino de Oficiais. Logo de início fizeram uma explanação sobre minha situação jurídica. Falaram que eu estava bastante comprometido devido ao nível da minha atuação e principalmente pelo número de ações

armadas em que eu tomara parte; disseram ainda, que dificilmente eu sairia da cadeia, pois deveria ser condenado a penas muito altas, mas que se eu concordasse em tornar público o meu arrependimento, as autoridades se sensibilizavam com isso, e minha pena diminuiria consideravelmente. Falaram ainda, que o fato de eu estar arrependido, este fato em si, não me tiraria da cadeia, mas se eu fosse à televisão e mostrasse os erros que fiz, aí sim eu poderia sair logo da prisão. E exemplificou com os casos de outras pessoas que foram à televisão, fizeram um pronunciamento e dias depois foram soltas. Disseram ainda, que não tinha sentido manter-me preso se eu também fizesse um pronunciamento na televisão. Ante essa possibilidade de sair da prisão eu não hesitei muito em aceitar, mais uma vez traí. Assim como tudo fizera dias antes para livrar-me das torturas, agora não vacilava em chegar aos limites da traição. Eu sabia o significado desses pronunciamentos pela televisão. Sabia que não se prestavam a mostrar um equívoco, ou um possível arrependimento; seu papel se encaixa dentro da tática contra-propagandística, serve como uma tentativa de desmoralização da esquerda. Assim é, que as pessoas que vão à televisão a fazer uma declaração, fazem-no, não no sentido de que estejam realmente arrependidas, mas com o objetivo de sair logo da cadeia. Ademais, como é que uma pessoa que dias antes, atuava intensivamente dentro de uma organização, pode se arrepender tão rapidamente? E leva-se em conta o tempo de tempo, que separa minha prisão do meu arrependimento, foi um tempo em que não tive oportunidade de pensar, analisar e chegar a uma possível conclusão, que pudesse me levar a tal opção. Pelo contrário, esse espaço de tempo foi vivido inteiramente sob a pressão das torturas, do choque ao conhecer uma prisão, do medo e da total impossibilidade de se pensar em qualquer outra coisa que não fosse acabar com tudo aquilo. Logo, quando me falaram de meu arrependimento, não falei porque acreditasse nisso realmente, e sim porque isso poderia servir a eles na tentativa de desmoralizar uma bandeira porque se lutava. Eu próprio, não sabia nem pensava se estava arrependido ou não, o que estava me interessando era o fato de que pudesse sair da cadeia, esse era o móvel em que pautava o meu arrependimento.

"15 dias com a família"

Ao despedir-me nessa noite o "Dr. Pedro Paulo" entregou-me uns papéis com diversas perguntas para que eu respondesse e disse que voltaria a

Arrependimento. Denúncia. E traí. dívida.

Do interior de Minas, passando pela miséria de São Paulo, chegando às lutas estudantis e à fábrica, até a militância na guerrilha urbana. Prisão. Tortura. Desespero. Delação. Traição. Até o novo arrependimento. E a elaboração de um profundo documento de denúncia.

falar comigo na próxima semana. No dia seguinte, sábado, foi o "Dr. Pascoal" (Tenente-Coronel Abílio Alcântara), do CISA, que veio falar comigo. Disse saber da possibilidade de eu ir à televisão, e que seria muito bom que eu fizesse isso e que isso muito me ajudaria. Prometeu então, que nos próximos dias me levaria a Minas Gerais e me deixaria ficar 15 dias com minha família. Falou ainda de um tratamento especial que eu passaria a receber enquanto permanecesse preso, e que não deveria ser um período muito longo, pois o governo tinha soltado todos os presos que se arrependiam. Levou consigo os papéis que ficaram comigo, deixados, na noite anterior para que eu respondesse algumas perguntas. Essas perguntas versavam sobre a minha entrada para a esquerda, sobre a minha atuação, sobre o que eu achava atualmente do governo, se existiam torturas no Brasil, e sobre o meu arrependimento, etc. Eu respondi a essas perguntas dentro da perspectiva de que estava realmente arrependido. Foram respostas metódicas, calculadas e falsas: respostas calculadas de quem realmente não acreditava naquilo que dizia, mas que se utilizava como meio de conseguir determinado objetivo.

Minhas declarações na televisão

Depois que aceitei fazer um pronunciamento na televisão, os contatos que passei a ter, visavam a discutir o que eu deveria dizer. Isto que parecia ter alguma importância para a repressão, para mim não interessava muito, o que estava me interessando era o fato em si e sobre o que eu diria qualquer coisa que me solicitassem. O Major Gallo, ligado à AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência) é quem coordenava esse trabalho. Ele disse-me, de certa feita, que esse pronunciamento que eu iria fazer, deveria ter como objetivo impedir que outras pessoas ingressassem na subversão, e para que eu conseguisse esse objetivo, eu deveria dirigir-me principalmente à juventude, e mostrar o que é uma organização

"Ficava desesperado quando via a maquininha de choques e, às vezes, só de vê-la, antes mesmo de começar a levar choques, eu começava a falar..."

subversiva. Eu deveria dizer sobre a utilização das pessoas pelos chefes dessas organizações, sobre o assassinato daqueles que pretendem abandonar o terrorismo, etc. e também sobre a promiscuidade que reina dentro dessas organizações. Deveria também falar sobre o bom tratamento que estava recebendo, sobre a inexistência de torturas e no final do pronunciamento deveria dirigir-me diretamente à juventude brasileira, incitando-a a não seguir o mesmo caminho que eu.

Ante a minha não concordância em falar sobre a inexistência de torturas, o Major Gallo ponderou que já que eu havia declarado por escrito não ter sido torturado, ele não via problemas em que eu dissesse isto também pela televisão. Como continuei discordando, ficou acertado que eu diria estar recebendo um bom tratamento por parte das autoridades, um tratamento bastante humanitário.

No dia anterior à gravação de meu pronunciamento, o Major Gallo entregou-me um papel, com as perguntas que me fariam e com as respostas que eu deveria dar. Disse-me que procurasse interiorizar ou decorar aquelas perguntas e que não me perguntariam nada além do que ali estava especificado. Falou-me, ainda, que para um maior destaque, seria dado um enfoque mais jornalístico à gravação, e para isso o programa seria feito na casa onde ficou escondido o embaixador alemão, durante o seu sequestro.

Foi assim que foi feito. No dia seguinte fui levado à tal casa e lá foi feita a gravação em que eu renegava toda a minha prática política e minhas idéias.

Comportamento frente à Justiça Militar

O meu comportamento inicial, tanto durante as torturas, como no aspecto de minha ida à televisão, se refletiu diretamente no comportamento que tive, ao prestar depoimentos que iriam formar processos na Justiça Militar. Assim é que, se diante das torturas eu aceitei incriminar pessoas que nem a mim conhecia, agora este comportamento se mantém e nem sempre sob pressão.

A estrutura das organizações revolucionárias tinham um grau de es-

tanquização tal, que um militante, conhecia poucas pessoas e assim mesmo pelo codinome. Assim quando na prisão, na falta de saber a quem delatar, eu aceitei incriminar as pessoas que me eram apresentadas pelos interrogadores. E os encaregados de inquirir, tomavam depoimentos baseados em informações prestadas pelos órgãos de segurança. Eu não fazia mais, diante de um interrogatório, que confirmar tudo o que me perguntavam, ou que sugeriam que eu respondesse. Normalmente, o encarregado do inquérito já sabia de todo o meu comportamento e procurava então, extrair o máximo de dados possíveis e quase sempre procurava jogar os dados mais comprometedores, sobre pessoas que eles julgavam perigosas. Em diversos depoimentos meus, a minha participação foi, única e exclusivamente, a de assinar; o encarregado do inquérito, sob minha anuência e consentimento dava as respostas que melhor conviesse aos seus desígnios. Assim, montavam-se processos que mais tarde seriam enviados à Justiça Militar.

Houve casos também (quando o encarregado do inquérito nada sabia acerca do meu comportamento) de ameaças de volta a tortura caso não confirmasse no inquérito o que disse antes no CISA. Isto no meu caso mostra-se irrelevante, na medida em que eu estava disposto e fazia qualquer tipo de concessão para a repressão, mas por diversas vezes, presenciei estas mesmas ameaças feitas a outros presos. E são inúmeros os casos de presos que voltam aos centros de tortura porque não aceitaram confirmar, o que disseram antes naqueles estabelecimentos, unicamente para se livrarem da possibilidade de virem a ser mortos sob tortura.

Eu tinha plena consciência do papel que representava aqueles processos na Justiça Militar. Sabia que não raras vezes, aqueles depoimentos, prestados sob coação, serviam como principal prova acusatória, quando não a única peça acusatória do processo. Sabia que a grande maioria das condenações dos presos políticos, nas Auditorias Militares, foram pretextadas por esses depoimentos forjados. E em cima de uma posição individualista, aceitava participar dessa farsa, muitas vezes mentindo, incriminando pessoas de quem nunca antes ouvira falar ou que nunca vira a não ser pelas fotografias que me mostravam e eu dizia nos depoimentos que as conhecia.

"Mentir se for o caso"

Um outro aspecto é o que concerne aos meus depoimentos nas Auditorias Militares, que se deram depois de eu ter ido à televisão. Por diversas vezes, nos órgãos de segurança, quando ainda na fase de negociação de minha ida à televisão, os interrogadores falaram-me que seria conveniente, que quando fosse interrogado pelos Juizes-Audidores, confirmasse todo o meu depoimento, pois isso muito me ajudaria no julgamento. E partindo desse entendimento, meu comportamento inicial nas Auditorias era o mesmo que nos outros locais por onde passara: não negar nada, mentir se for o caso.

Mas apesar desse comportamento, dois fatos devem ser destacados. O primeiro deu-se em São Paulo, já depois de eu ter ido à televisão. Quando ali cheguei, no DOI-CODI-SP (OBAN), em agosto de 1971, voltei a ser torturado, o que me causou uma tremenda desestruturação, pois não esperava mais aquilo, depois de ter feito o que fiz. Em setembro, o comandante daquele estabelecimento de torturas, Major Carlos Alberto Brilhante Fresta, juntamente com o Capitão João Luis ("Dr. José"), dizem-me que vou no dia seguinte à Auditoria e que se negasse alguma coisa ou denunciasses torturas eu voltaria diretamente para o meu de-arranjo. Estas ameaças deixavam-me completamente atordoado, pois o meu comportamento até ali, fora o de um colaborador e não entendia o sentido dessas ameaças. No dia seguinte, na 1.ª Auditoria do Exército (2.ª CJM) os juizes me reconheceram como sendo a pessoa que dias antes, fizera um pronunciamento público e antes de começar o interrogatório, o Juiz-Auditor fez uma preleção do significado patriótico daquele pronunciamento e diz que desse meu depoimento que ele iria tomar, dependeria em muito minha permanência ou não na prisão. Se eu prestasse um bom depoimento, ele garantiria-me, que até o final do ano eu estaria na rua. Talvez influenciado pelas ameaças do dia anterior, eu tremia com tal intensidade, que as pessoas pensavam que eu estava doente. E talvez devido a isso o Juiz resolveu tomar o meu depoimento em sessão secreta. E durante mais de duas horas confirmei tudo o que dissera em depoimentos anteriores.

No depoimento de um homem que traiu, que foi destruído sob o tacão dos torturadores e das vis promessas da ditadura, o retrato de uma época. Da nossa época. Do Brasil, na década de 70.

Mais uma vez afirmel conhecer pessoas e fatos de que não tinha conhecimento, mais uma vez aceitei fazer o jogo da repressão.

Sequestro do embaixador

O outro fato se deu no Rio de Janeiro. Poucos dias antes de ir para o Interrogatório na 1.ª Auditoria do Exército (1.ª CJM), sou levado para o DOI/CODI-GB. Quando lá cheguei um militar veio me dizer para ir me preparando que nos próximos dias iria à Auditoria para ser interrogado no processo que apurava o sequestro do embaixador alemão. No dia em que fui à Auditoria, pela manhã, este militar vai até minha cela e começa a falar do pronunciamento público que eu fizera. Diz que fez muito sucesso e por isso eu poderia ficar tranquilo que brevemente iria ser solto. Falou ainda de um determinado preso que estava nesse mesmo processo e que na Auditoria negara tudo e que seria bom para mim confirmar ao Juiz todo o meu depoimento prestado na face de inquérito. Depoimento esse em que eu acusava essa pessoa de ter participado ativamente do sequestro do embaixador alemão. E eu assim o fiz.

De tudo que foi dito, torna-se claro a maneira de como são montados os processos que correm pela Justiça Militar. Porém um dado a mais. De todos os depoimentos prestados, tanto na fase de formação do processo, como nas Auditorias, evidenciou-se para mim, o seguinte: Em todos os processos, os Juizes tomam como principal peça acusatória, os depoimentos prestados pelos réus. Assim é que quando um réu vai a juízo e nega o depoimento prestado na fase de inquérito, os juizes, procuram por todos os meios fazer com que valha o depoimento de um co-réu. Ocorreu isso comigo, por diversas vezes. Sabedores da atuação que eu estava tendo os juizes constantemente, durante os interrogatórios, faziam carga e procuravam obter mais dados sobre os co-réus (principalmente sobre aqueles que negaram algo ou denunciaram torturas) do que sobre mim e minha participação no fato que se apurava. Assim, por não ver diferença entre os militares que me interrogaram ou os policiais e comissários do DDPB e os juizes da Justiça Militar, o meu comportamento era o mesmo, tanto com uns como com outros.

Descompromissos da repressão

Durante os primeiros meses de prisão, principalmente nos meses que se seguiram ao meu pronunciamento na televisão, vivi sempre na expectativa do cumprimento das promessas que me foram feitas em troca da minha traição. Dessas promessas, a que mais me deixava em expectativa era a de que me soltariam. As outras em não ligava muito. E o não cumprimento delas passava-me até despercebido, pois meu pensamento, era todo voltado para o dia em que seria solto.

Assim foi, que o primeiro descompromisso da repressão se deu do Regimento Floriano, onde por diversas vezes fui-me garantido que teria um tratamento especial e, que não ficaria na mesma cela em que se encontravam outros presos políticos. Essa promessa foi feita não pelo "Dr. Pedro Paulo", "Dr. Pascoal" (Tenente-Coronel Abílio Alcântara) como também, pelo próprio comandante do Regimento, Coronel Mario de Mello Mattos e pelo Capitão Ventura, chefe da 2.ª seção desse mesmo regimento, e a quem os

"Quero pagar a dívida de uma traição política e pessoal"

Quando chegar ao final deste depoimento, quero ainda procurar me situar, hoje, depois de ter vivido toda a problemática que acabei de relatar. Procurei também relatar as causas que me levaram a essas denúncias.

De início devo salientar, que quando me propus a esse trabalho, pesel muito o que ele poderia representar, tanto ao nível de uma repercussão, como também da possibilidade de poder vir a sofrer represálias por parte da repressão, devido a desmilitarização de uma de suas armas propagandísticas. Assim é que, entendo que o que fiz, não passou de uma utilização feita pela repressão, de um elemento que se prontificou, consciente ou inconscientemente, a ajudar a no combate ao movimento revolucionário. Quando fui mostrado na televisão, o que se pretendia não era mostrar um elemento que estava arrependido do que fizera, e que encontrara agora o caminho certo. A pretensão era procurar desmoralizar a luta que se travava então. Para a repressão não importava o fato de que eu estivesse arrependido ou não, o que interessava era, que arrependido ou não, eu me mostrava utilizável, e neste sentido, serviria como uma arma a mais a ser utilizada na propaganda anti-subversiva.

Assim, um dos objetivos básicos desse depoimento é o desmascaramento de tais pronunciamentos públicos. Serve ainda como alerta a aqueles que tiverem de enfrentar situação semelhante. Aqueles que tiverem de enfrentar a repressão, o que, hoje em dia no Brasil, ainda é muito comum, dado o grau de impunidade com que agem os elementos que formam os órgãos de segurança, res-

presos estavam subordinados. Apesar de todas as promessas, fui colocado e mantido na mesma cela junto com os outros presos, o que causou um grande mal estar para todos. E apesar de em reiteradas vezes ter pedido para que me transferissem para outra cela, esse pedido não foi atendido. E continuei naquela mesma cela, junto com os outros presos e recebendo o mesmo tratamento.

Outro trato não cumprido pela repressão, foi o referente a minha ida para Minas Gerais, onde passaria 15 dias com minha família. Essa promessa foi feita pelo Tenente-Coronel Muniz ("Dr. Lulz") e pelo Tenente Coronel Abílio Alcântara ("Dr. Pascoal") ambos do CISA (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica).

Além das diversas pequenas promessas não cumpridas um outro fato merece ser relatado. Como eu respondesse a processos tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, fazia frequentes viagens entre um Estado e outro. As escoltas encarregadas de me acompanhar, frequentemente me reconheciam como o elemento que tinha ido à televisão. E, nessas ocasiões, não raras vezes, era tripudiado e vítima de chacotas relacionadas ao meu comportamento. Esses agentes não acreditavam, que eu realmente estivesse arrependido e diziam claramente que eu não seria solto nunca, pois eu traíra os meus companheiros e se fosse solto, seria justificado e que eles deviam zelar por minha vida. Por mais que eu quisesse fazer com que acreditassem no meu arrependimento, era inútil. Não raras vezes, iam ao centro da questão e diziam que eu fizera aqueles pronunciamentos, só porque pensava que pudesse com isso, sair logo da cadeia. Por mais que falasse que não me soltariam eu não acreditava, para mim aqueles elementos da escolta, não aptavam nada e o que importava era que quem prometera me soltar eram altas autoridades dos órgãos de segurança e juizes militares.

De novo, a tortura

Outro fato que me abateu muito ocorreu em São Paulo. Depois de ter passado pelas torturas do DOPS e do CISA e de ter ido à televisão, achava que pelo menos das torturas eu tinha me livrado. Qual não foi minha surpresa, quando da primeira vez que sou levado ao DOI-CODI-SP (OBAN). Ao chegar ali, voltei novamente a ser torturado. E, durante o tempo em que permaneci naquele estabelecimento, fui vítima de ameaças e de pladras relacionadas com minha traição.

Essas ocorrências todas passaram a ter uma influência em meu estado mental. Era um conflito muito grande, o que eu vivia. Ao mesmo tempo em que sentia cada vez mais a cadeia, esses fatos que passaram a ocorrer, mais as promessas que não se cumpriram iam fazendo com que eu me desesperasse cada vez mais. Por mais que eu quisesse acreditar que seria solto logo, essas ocorrências começaram a trazer-me algumas dúvidas. E quando isso acontecia era um tormento, pois, eu olhava para trás e via toda aquela sujeira que fizera e essa era uma sujeira que não podia mais ser limpa.

Com o passar do tempo, as dúvidas que tinha acerca do não cumprimento das promessas, foram se tornando em certeza. Aqueles pessoas que antes de eu ir à televisão, procuravam-me constantemente sempre com uma promessa nova, depois que fiz o pronunciamento, nunca mais me procuraram.

Quando chegar ao final deste depoimento, quero ainda procurar me situar, hoje, depois de ter vivido toda a problemática que acabei de relatar. Procurei também relatar as causas que me levaram a essas denúncias.

Quando chegar ao final deste depoimento, quero ainda procurar me situar, hoje, depois de ter vivido toda a problemática que acabei de relatar. Procurei também relatar as causas que me levaram a essas denúncias.

Quando chegar ao final deste depoimento, quero ainda procurar me situar, hoje, depois de ter vivido toda a problemática que acabei de relatar. Procurei também relatar as causas que me levaram a essas denúncias.

Quando chegar ao final deste depoimento, quero ainda procurar me situar, hoje, depois de ter vivido toda a problemática que acabei de relatar. Procurei também relatar as causas que me levaram a essas denúncias.

Quando chegar ao final deste depoimento, quero ainda procurar me situar, hoje, depois de ter vivido toda a problemática que acabei de relatar. Procurei também relatar as causas que me levaram a essas denúncias.

Quando chegar ao final deste depoimento, quero ainda procurar me situar, hoje, depois de ter vivido toda a problemática que acabei de relatar. Procurei também relatar as causas que me levaram a essas denúncias.

Conferência Internacional pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita no Brasil

Neste fim de semana — 28 a 30 de junho — realiza-se em Roma, na Itália, uma Conferência Internacional sobre a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e sobre as liberdades políticas no Brasil. De Paris, uma visão panorâmica sobre a preparação da Conferência de Roma.

por ELIEZER RIZZO



A luta que se desenvolve no Brasil pela anistia ampla, geral e irrestrita tem sido objeto da solidariedade de vários grupos, movimentos e partidos políticos no exterior. Recentemente, em consonância com as atividades dos diversos movimentos brasileiros pela anistia, um grupo de personalidades políticas (do prefeito de Roma, Ciriaco De Mita, ao Senador Brinde-Prêmio Nobel da Paz e ex-presidente da Seção Inglesa da Anistia Internacional) convocou uma conferência internacional sobre a anistia ampla, geral e irrestrita e sobre as liberdades políticas no Brasil, a realizar-se em Roma de 28 a 30 de junho. Ou seja, neste fim de semana. Diversas pessoas responderam a esta convocação, emprestando dessa forma a solidariedade de seu prestígio à Conferência de Roma. Com referência à França, além dos partidos políticos de esquerda (socialista, comunista, socialista unificado e "lute ouvrière"), dos sindicatos e centrais sindicais (sindicato da magistratura, associação francesa dos juristas democráticos, Sindicato dos advogados da França, CGT, FEN), cerca de 20 professores e pesquisadores universitários deram seu apoio público à Conferência, estarão em Roma ou se farão representar.

A conferência de Roma

A Conferência Internacional de Roma ocorre num momento particularmente decisivo da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Embora pressionado pelo movimento social que contesta o fundamento da economia no tocante aos assalariados (o arrocho salarial), que nega legitimidade à estrutura sindical e que reivindica liberdade política, amplo direito de organização e expressão, de organização partidária, etc., o Governo mantém um alto grau de iniciativas táticas, com as quais ele busca atingir três objetivos: Primeiro, assegurar uma relação de forças favorável entre as suas bases sociais; segundo, organizar uma política militar que resulte também numa relação de forças favorável e, finalmente, através da repressão, de concessões parciais e da cooptação dividir esse amplo movimento social que luta pelo fim do regime.

Um exame rápido da questão da anistia mostra algumas mudanças significativas em seu tratamento por parte do regime. Até há pouco tempo ela era "fora de cogitação", o Governo Gelsel havia definido uma trilogia do "inadmissível" e do "inegociável" da qual teve que abrir mão devido ao ascenso do movimento social e a crise de suas bases políticas e militares: anistia, ato V e aparelho repressivo. Isto não quer dizer que as reformas políticas tenham transformado o regime numa democracia, nem que o aparelho repressivo tenha sido tocado em sua estrutura e funcionamento. Mas o Governo se vê obrigado não só a admitir a existência dessas questões políticas, como a negociar em busca da legitimidade e do apoio político que lhe nega o movimento operário e popular. O governo conta com a anistia para acertar alguns pontos — como a reparação política (sem reintegração nem reconhecimento de direitos adquiridos) de carreiras militares interrompidas pelas cassações e para a recomposição de forças políticas que poderão jogar um papel importante daqui para a frente, nessa situação de transição.

Emenda constitucional ou projeto de lei, combinação de anistia restrita com revisão de processo, reparação política de funcionários civis e militares sem a correspondente reintegração política e funcional, tais são os elementos com que conta o Governo para manter a inelutável tática. Se houve mudanças no regime com relação a anistia, elas não apontam para a anistia ampla, geral e irrestrita. Essas podem ser consideradas conquistas parciais do movimento social, o qual, contudo, tem poucas condições políticas de assegurar a elas e de impedir recursos e hostilizações. A amplitude de

romista — do ponto de vista do regime — está na relação direta das etapas que ele já percorreu e ainda tem a percorrer no caminho dos objetivos já apontados: reorganização política de suas bases; do esquema militar, e divisão do movimento social.

Roma reflete o Brasil

De certo modo, a Conferência de Roma não escapará de alguns condicionantes gerais da luta pela anistia: dificilmente ir além do nível já atingido na organização dos CBAs, no Brasil e no exterior, e seus resultados políticos dependerão em parte dos acordos, compromissos e convergências mais ou menos explícitos entre os diversos tipos e orientações políticas que farão representar em Roma. O MDB, por exemplo, por mais significativa que seja a sua participação de seus deputados autênticos (alguns já confirmaram que irão à Roma), dificilmente se empenhará de modo distinto daquele com que vem tratando a questão da anistia. Ou seja, um envolvimento formal pela anistia irrestrita que não estabeleça uma tática correspondente — e, conseqüentemente, a definição dos princípios. Daí a timidez, para dizer o mínimo, da ação do MDB.

Por outro lado, a luta pela anistia não parece ter se ampliado de suas bases sociais, embora o movimento sindical tenha assumido a sua bandeira. Há ainda um espaço a ser preenchido entre a adoção desta bandeira e uma ampla mobilização política do movimento popular pela anistia.

A Conferência de Roma deverá também debater a continuação da luta após a decretação de algum tipo de anistia pelo Governo. Como enfrentar a situação dos que continuam no exílio, excluídos de uma possível anistia restrita e parcial? Como aproveitar a experiência de quinze anos de luta anti-ditadura? No tocante à América Latina, o que fazer no Brasil em apoio a luta pela anistia na Argentina, Chile, Uruguai etc.? Enfim, com o tornar concreta uma solidariedade internacional a partir do Brasil à luta contra outras ditaduras, sendo que essa mesma solidariedade é responsável pela denúncia incessante das torturas aos presos políticos brasileiros e, em parte, pela própria realização da Conferência de Roma.

Os brasileiros em Roma

Não há ainda uma lista definitiva da representação brasileira, mas vários documentos tem sido enviados aos coordenadores da Conferência de Roma, dando conta do apoio de sindicatos, associações profissionais etc.

Por exemplo, do Rio veio um documento assinado por deputados do MDB (José Eudes, Helton Studart, Raimundo de Oliveira, etc.), oficiais da reserva ou cassados (brigadeiro Francisco Teixeira, General Luiz Favares de Cunha Mello, General E. de Jesus Zerbini), jornalistas (Perseu Abramo, Adauto Novais etc.); outro, da parte da Associação dos Docentes da PUC-RJ; um terceiro, do historiador Hélio Silva; um quarto da União Brasileira de Mães etc. A lista dos exilados é enorme: Arraes, Brizola, Paulo Freire, Apolônio de Carvalho, Leite Lopes, ex-diretores da UNE, Celso Furtado, Márcio Moreira Alves, Julião, Manoel da Conceição, João Amazonas, Dioneres de Arruda Câmara, Luis Carlos Prestes, Gregório Bezerra e muitos outros deverão estar em Roma.

Às vésperas da Conferência de Roma, há alguns pontos finais que exigem solução política: o texto que será a mensagem dos exilados e a escolha de quem o lerá em Roma. O possível porta-voz dos exilados só poderá ser um nome conhecido de unidade. O CBA de Paris chegou aos nomes de Carmela Pezzuti e Mizuel Arraes, que propôs aos demais CBAs da Europa. Se não se obtiver uma unidade, o texto poderá ser lido coletivamente o que, a meu ver, seria muito mais significativo do ponto de vista político e simbólico.



lários atuais e algumas diferenciações por portaria, escriturários e caixas.

E o pessoal da diretoria só está preocupado com uma coisa: que a categoria entre numa acomodação só porque a oposição conseguiu vencer as eleições e tirar o pelego, e pense que, com ela na direção do sindicato, é só deixar por conta, e esperar que o aumento venha.

Campanha

E por falar em início de campanha: o pessoal dos metalúrgicos de São Paulo está esquentando os motores, se preparando para o início da campanha salarial deste ano (o dissídio costuma ser em novembro). Sexta, 29, tem assembleia geral para verificação das contas do Joaquim. No dia 13 de julho, vem a assembleia para largada da campanha, que, neste ano, promete a oposição, vai mobilizar mesmo a categoria, repetindo o que aconteceu em 1978, quando saiu até greve geral por dois dias (o Piquetão, modestamente, só deseja que não se repitam os erros e desastros da Oposição e as sacanagens do Joaquim & Cia.). Fracassada a campanha pelo aumento imediato de 30 por cento, no primeiro semestre, a oposição optou por concentrar seus esforços na preparação pela base, nas fábricas e bairros, única garantia contra as rasteiras dos patrões e seus agentes no sindicato.

Seguindo o bom exemplo

Bem, pelo menos uma vez o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo consegue repetir alguma coisa de boa lá de São Bernardo (para quando é que a entrada nas assembleias será franqueada a todos os metalúrgicos, hein?): nos dias 31 de agosto, primeiro e dois de setembro, será realizado o Primeiro Congresso das Mulheres Metalúrgicas de São Paulo. O tema: a luta ainda está por ser definida, o que vai ocorrer em reuniões nos dias 18, 19 e 20 de julho, segundo informações do Zé Maria, diretor do Sindicato.

Já que está seguindo o exemplo do Sindicato do Lula, o Piquetão não resiste à pergunta: e para quando é o Congresso dos Metalúrgicos (homens e mulheres)?

É a mãe?

Na semana passada, publicamos uma notícia dizendo que a "pelegada" do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Carris não estava permitindo a sindicalização dos trabalhadores do Metrô. Em resposta, recebemos a amável cartinha, assinada por Anísio Vieira de Carvalho presidente do Sindicato e que segue:

"A propósito da nota estampada na coluna Piquetão, da edição de 21 a 27 de junho, cumpre-nos dizer o seguinte: nossa diretoria assumiu o sindicato, após intervenção e graças a mandado de segurança. Não lembramos de outra diretoria que oferecesse local para reuniões de sua própria oposição e que lhe desse todas as condições de atuação. Nosso sindicato, inclusive, não firmou o acordo dos 60%, de maio último. Ao contrário, foi levado ao Tribunal do Trabalho e prestigiado até o fim o Comando de Greve. Isso não foi noticiado por esse prestigiado jornal. Aliás, mantivemos de portas abertas nossa sede, abrindo a categoria que estava paralisada. Temos mantido uma característica plena democracia em nossas assembleias, de sorte que, o quanto importa é a decisão majoritária que nos cumpre obedecer. Logo, não sabemos porque a pecha de "pelegada" que é dada aos dirigentes do sindicato. O que será preciso fazer para não ser pelego, afinar-se com a linha do jornal? E notem que a afirmação contida na coluna é totalmente inverídica. Temos em nossos quadros cerca de 70% dos trabalhadores da CMTC como associados e mais de 300 sócios que prestam serviços no Metrô, quantidade que esperamos seja, em breve, igualado a dos trabalhadores da CMTC. Afirmamos, e isso bem poderia ser publicado em seu jornal, que o sindicato está de portas abertas aos companheiros do Metrô que, aliás, já deviam estar sindicalizados. Para concluir, essa resposta damos a V.S. porque respeitamos a imprensa e prezamos muito esse jornal. Mas, se ofende-se por ofender, se acusa-se por acusar, por não querer a verdade, então só nos resta dizer: pelegada é a mãe." Será?

Dispensa em massa

Barbaridade é o que está acontecendo em Conselheiro Lafaiete em Minas Gerais: A companhia Industrial Santa Matilde, fabricante de vagonetes, já demitiu 740 trabalhadores (50 por cento de sua força de trabalho) desde o começo do ano sob a alegação de capacidade ociosa: dizem os diretores da empresa que não tem recebido encomendas da Rede Ferroviária Federal e, por isso, não há trabalho para todo o mundo. E isso aí: na briga entre o mar e o rochedo, quem sai levando é o marisco.

Difícil

Está meio difícil para os médicos gaúchos, sobretudo aquela maioria de assalariados (adeus os tempos dos "profissionais liberais") fazer passar uma proposta mais avançada e que atenda os seus interesses, na atual campanha salarial. E que um grande número de médicos proprietários ou sócios de hospitais e empresas de assistência médica (como a Salux, Pronto Socorro de Fraturas, Policlínica Central, etc) acabou impedindo que a assembleia do Sindicato dos Médicos aprovasse a reivindicação de aumento de 50 por cento e a criação de uma comissão salarial ampliada.

Engolindo

Mas já com os professores de sede privada a coisa é diferente. Não é que o pelego Mendes Gendelman, presidente do Sindicato, teve que engolir a formação de uma Comissão formada por 37 membros, escolhida em assembleia para encaminhar a campanha pelo abono salarial de 30 por cento e a mudança da data base do dissídio (é um marco, mas o pessoal acha que prejudica a mobilização, porque recém as aulas estão começando). Além disso, a gauchada que dá aula vai aproveitar a comissão e promover a discussão sobre a CLT nas escolas.

Acabou

Acabou a greve na DULCORA, em São Bernardo do Campo que ficou parada durante uma semana por não pagar seus funcionários. O pessoal usou a tática dos "braços cruzados", entrava na fábrica e ficava parado no lado das máquinas. A empresa pagou a metade do que deve (há quase 20 dias de atraso no salário de maio) e prometeu saldar o resto brevemente, através de vales pinga-pinga.

Contra o bedelho

Os sindicalistas que estiveram reunidos em Porto Alegre no último fim de semana chegaram a uma conclusão: querem que sejam os próprios trabalhadores que elaborem os estatutos de seus sindicatos. "Chega do Ministério do Trabalho encher o saco e meter o bedelho em tudo", disse o Lula, um dos participantes do encontro. Outra idéia que eles defenderam foi a da participação dos trabalhadores na administração das empresas onde prestam serviço. Além disso, os proletas, que reivindicam um Código do Trabalho, onde seja estabelecido apenas o essencial estão querendo que se modifique o sistema de eleição de vogais trabalhistas na Justiça do Trabalho: propõem que sejam eleitos em assembleia-gerais, nos sindicatos.

Coroas

Os trabalhadores aposentados prosseguem em sua campanha pela melhoria de seus "benefícios" (eles estão pedindo 73 por cento de aumento, contra os 44 por cento concedidos pelo governo): no domingo, dia 1.º de julho, promoverão uma assembleia na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, quando marcarão a data da concentração pública, no mês de julho (Pacambu, Cerete ou numa Igreja) de protesto contra sua situação de miséria. Virão delegações de várias cidades (só de Campinas está prevista a lotação de três ônibus) do Interior.

A campanha dos velhinhos, segundo o Pacheco, aposentado Metalúrgico, além de se estender às demais categorias, não está restrita apenas a São Paulo: já estão adiantados os contatos com aposentados do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, onde a mobilização também é grande.

Solidariedade

Na segunda, dia 2 de julho, todo piqueteiro consciente e solidário, tem uma obrigação: comparecer ao ato público pela libertação dos presos de Itamaracá e pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Será no TUCA, às 20h30m e está sendo organizado pelos 30 comitês animados pelos companheiros do jornal "O Trabalho".

Metalúrgica Alfa:

O pau que nasce torto, morre torto.

A metalúrgica Alfa, antro de patrões reacionários, antigos militantes do CCC, volta ao noticiário: interessados em provocar uma greve, demitiram um dos membros da comissão de fábrica eleitos e reconhecidos oficialmente pela empresa, após as mobilizações que se seguiram ao assassinato de um trabalhador, por um dos diretores da empresa.

Por Roberto Grum

Na Metalúrgica Alfa, palco durante o ano passado, do assassinato de um operário por um dos sócios da firma (e que foi respondido com greve pelos operários), a situação volta a se agravar. A firma demitiu um dos membros da comissão de fábrica, declarada estável por acordo firmado com a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e ameaça despedir também outro membro da comissão.

Na verdade, trata-se de uma provocação destinada a forçar os operários a deflagrar uma greve no pior momento possível, uma vez que os estoques da fábrica estão enormes, com a empresa encontrando dificuldades na comercialização do produto. Uma vez a greve deflagrada, a empresa pode demitir funcionários sem pagar os seus direitos trabalhistas e se desembaraçar da comissão.

"Esquecimento"

A malandragem da Alfa começou quando deixou de cumprir o dissídio firmado em novembro do ano passado, "esquecendo" de uma parcela de 6 por cento a ser paga aos trabalhadores que ganham até 3 salários mínimos. A comissão de fábrica, imediatamente procurou o Sindicato, que enviou um dos seus

diretores, que não foi aceito pelo diretor da Alfa como interlocutor. Era um expediente para ganhar tempo e forçar os operários a tomar uma medida precipitada.

Mas os operários, que não são trouxas, ao invés de irem para a greve, entraram com reclamação trabalhista, de ganho garantido na Justiça do Trabalho.

Entretanto a violência patronal continuou na sexta-feira passada. Um operário desentendeu-se com o guarda de segurança no cartão de ponto e foi agredido a pauladas, sofrendo machucados fortes. Foi ao Pronto-Socorro e de lá para a Delegacia registrar a queixa. E, ao lado da violência, as condições de trabalho continuam péssimas, tanto as de higiene quanto as de segurança. As férias continuam não sendo pagas, nem tampouco o Fundo de Garantia passou a ser depositado pela empresa, além disso alguns operários estão sendo descontados nas 20 horas paradas durante a greve do ano passado.

Mas a organização continua. Na quarta-feira, dia 27, os operários vão se reunir na Igreja São João Batista do Brás, para discutir o cumprimento do acordo, para estender a solidariedade aos companheiros demitidos e para engrossar a comissão da fábrica.



Luta Operária na Zona Leste de São Paulo (14)

Gino manda "bombardear" a Tecelagem

A audaciosa maneira de parar a fábrica é testada com sucesso pelo velho militante do PC, tornando desnecessária a ação do piquete e o enfrentamento com a polícia.

Por Antônio Carlos Félix Nunes

ção, embora a responsabilidade por tal tarefa coubesse exclusivamente aos secretários dos distritos da Penha e do Tatuapé. Mas Gino era um apaixonado pelas atividades práticas e delas sentia necessidade de participar comandando uma equipe de sua plena confiança. Acontecia isso toda vez que o Partido lançava suas forças numa manifestação de massa: ariscando sua segurança, ele-lo que surge repentinamente num ponto crítico do evento, berrando jargões revolucionários diante da polícia, transmitido num manifesto comum. Com isso pensava encorajar os militantes, colocando-se-lhes na vanguarda, no estilo de um bravo comandante de guerra.

O encontro terminou antes das 10 da noite. A estas horas ainda os dirigentes encontrariam acordados os camaradas das células. Melhor assim, porque poderiam transmitir-lhes a notícia da greve sem afobação, com tempo para informá-los daquele plano de ação do Partido. Gino se propôs a visitar os militantes das vilas Matilde e Carrão, escolheu duas células importantes, onde militavam valerosos elementos, provados em inúmeros embates semelhantes ao que ia ser travado a partir da madrugada seguinte.

Na vila Matilde havia o combativo Índio, o Giraldo sapateiro, o Mala-da-primeira turma. Para isto vamos necessitar de homens competentes, essa tarefa exige gente sacudida. O pessoal costuma chegar em serviço em cima da hora, entra apressado e é difícil segurá-lo só na base da distribuição de boletins. E a polícia, naturalmente, também lá estará para favorecer-lhe no rápido ingresso ao interior da fábrica. Tenho para mim que é preciso formar um cordão de isolamento nas entradas, com camaradas fortes e bons de argumento. dispostos para o que der e vier. O pessoal disponível deve ser concentrado inicialmente, nas portas da Guilherme Giorgi e da Santa Terezinha. Daí podemos sair em passeata e parar as demais fábricas."

O plano de Gino figurava-se razoável. Por isso, ele foi aceito pelos dirigentes distritais sem restrição. Faltava agora examinar a forma de mobilização dos camaradas de base. e isto também foi logo decidido. Gino se ofereceu para ajudar na convoca-

"H

Á mais de vinte anos eu sou motorista e neste tempo todo tenho andado como todos vocês, com a corrente no pescoço. Nós precisamos de um salário melhor e só conseguiremos isso nos unindo. Também precisamos lutar para que tenhamos um horário le almoço, um mínimo de condições para que possamos trabalhar em paz".

Com intervenções como essa, que refletem a revolta dos motoristas e trocadores de ônibus de BH e Contagem contra suas precárias condições de trabalho, realizaram-se na última sexta-feira movimentadas assembleias. Reunindo representantes de 72 das 96 empresas de transporte coletivo da região, tanto a assembleia realizada pela manhã como a da tarde aprovaram as reivindicações básicas: abono de 85 por cento a partir de primeiro de julho; folga semanal escalada com antecedência, impunidade durante as negociações e até 6 meses após e passe livre válido para todas as empresas".

Apesar da ampla representatividade das assembleias e da vontade de luta dos trabalhadores, o Sindicato vem se recusando a apoiar e liderar o movimento. Para seu presidente, José Teodoro Guimarães o acordo firmado com os patrões em março último impede o Sindicato de apoiar o movimento. Apesar do acordo prever um salário de Cr\$ 4.400 por 8 horas de trabalho, a realidade é bem outra. Os motoristas são obrigados a trabalhar até 12 horas por dia para receber os Cr\$ 4.000 do acordo.

Apesar da atitude do sindicato, os trabalhadores estão dispostos a levar à frente o movimento. Para isso formaram três comissões para recolher fundos, redigir o documento reivindicatório e para divulgar o movimento junto à classe e à população. Caso o Sindicato mantenha sua atitude, os trabalhadores já contam com o apoio dos padres da Coordenação Pastoral da Cidade Industrial que se ofereceram para atuar como mediadores.

No documento reivindicatório os motoristas fixam um prazo para a resposta dos patrões: 30 de julho. Depois disso o que vai acontecer dependerá de uma assembleia marcada para o dia 3 de julho.

Os patrões começam a agir

Antes mesmo da entrega do documento, os patrões começaram a

dar respostas ao movimento. Já no domingo, a Empresa Barreiro de Cima impediu a entrada de 2 motoristas na garagem, o que também ocorreu na Viação Santa Mônica. Já a Viação Sidon tomou medida ainda mais drástica: dispensou 2 motoristas que haviam participado da Assembleia de sexta.

Mas as intimidações não impedem que o movimento continue. Na segunda-feira uma comissão apoiada por uma concentração de cerca de 200 colegas se dirigiu até o Sindicato da categoria portando o documento com suas reivindicações básicas. No Sindicato foram recebidos pelo presidente José Teodoro que após os cumprimentos passou à leitura do documento. Talvez pela presença maciça de jornalistas, cinematografistas e pela própria comissão, a atitude de Teodoro contrastou com a que vinha adotando até então, repudiando o movimento. Mudando de tática, ele admitiu que o Sindicato iria encaminhar aos patrões reivindicações próprias "do Sindicato". A razão alegada por José Teodoro por não ter o Sindicato tomado qualquer iniciativa prende-se ao fato de que "se aguardava o resultado das negociações dos motoristas de São Paulo. "E os índices a serem reivindicados seriam "uma média dos alcançados em São Paulo".

Para fazer isso o Sindicato não pretende, no entanto, convocar qualquer Assembleia. Será marcada uma reunião com a DRT para discussão do assunto e só então, "dependendo dos resultados" é que será convocada uma Assembleia. Apesar das propostas da comissão de que o Sindicato encaminhe conjuntamente as reivindicações, a posição de José Teodoro experimentado líder sindical na utilização da estrutura legal atual contra os trabalhadores, foi taxativa: Não. Diante disso os membros da comissão decidiram se retirar e se dirigir eles próprios ao Sindicato dos Padrões para a entrega do documento reivindicatório. No Sindicato Patronal foram recebidos pelo assessor técnico da diretoria Antonio Porchis que se recusou a receber o documento, alegando que "a lei só admite a representação através do Sindicato da categoria. Para os trabalhadores, apesar da atitude do Sindicato, o movimento reivindicatório vai prosseguir pois "a classe está unida na luta pelas reivindicações que são justas e legítimas".

(Da Sucursal de Belo Horizonte)

aos integrantes do piquete. Atrás deles fecharam-se os portões, a multidão de operários começou a se dispersar. Não se sensibilizaram com o convite à passeata, persistentemente gritados pelos militantes. Estes acabaram ficando praticamente sozinho, com eles permaneceram apenas alguns jovens mais exaltados, que viram na greve uma oportunidade de extravazar seus ímpetos de adolescentes.

Gentil ordena que o grupo se dirija à fiação Santa Terezinha, três quilômetros dali. Aquela indústria sempre foi difícil de parar, é preciso reforçar o piquete que já deve se encontrar lá, dirigido pelo camarada Gino. A trezentos metros desse objetivo, a coluna dos piqueteiros estacionou. Há uma troca de olhares assustados, com os não-militantes se interrogando se deviam ou não prosseguir. É que algo de estranho e grave estaria acontecendo naqueles lados da fábrica: daqui onde estavam, atrás de uns prédios que lhes toldavam a visão, ouviam-se seguidos estampidos. Um tiroletto é o que lhes ocorreu estar havendo na porta da fábrica. Pois, o mês não era de festejos juninos; tampouco, aquela hora da manhã, alguém comemoraria alguma coisa, deflagrando uma bateria de fogos de artifício.

A hipótese mais provável é a de que os militantes das vilas Matilde e Carrão tivessem sido armados pelo camarada Gino, e eles agora enfrentassem a polícia a tiros — pensou Gentil. Afinal, Gino era capaz de tudo, hipnotizado como vivia pelo seu fervor revolucionário. Nunca se sabia o que ia pela sua cabeça, fazia segredo de suas idéias ao desconfiar de que seriam rebatidas pelo coletivo partidário. Assim pensando, Gentil apressou o passo, arrastando todo o grupo em direção da fábrica. Então, assistiram a uma cena extravagante: um verdadeiro bombardeio contra as instalações da fábrica.

Ocupando toda uma quadra, a área fabril era cercada de muros, possuindo um único portão de entrada e saída. Isso facilitou a pretensão de Gino: distribuiu seus homens pelos quatro cantos da indústria equipados com foguetes de artifício. E por cima do muro eles lançavam as bombas, num interupto fustigante às instalações da empresa. Assustados com as explosões, os operários (em sua maioria, mulheres) atropeladamente ganhavam o portão de saída, em meio a gritos e choros de moças. "A artilharia" só cessou quando a fábrica ficou totalmente vazia.

Na próxima semana: A Participação do PC no contra-golpe de Lott.

Professores de Minas Gerais A mobilização não entra em férias

O professor Luís Soares do Comando Geral da Greve tornou-se um dos nomes mais conhecidos durante o movimento do professorado mineiro. Aqui, ele concede uma longa entrevista aos repórteres Eurípedes Alcântara e Juarez Guimarães, falando sobre a maior e mais longa das greves dos setores médios, ocorrida nos últimos tempos, no País.

EM TEMPO — A greve do professorado mineiro se prolongou durante 37 dias. Uma greve longa, como tem sido todas as greves do magistério nos outros Estados do país. E isto constitui, sem dúvida, uma particularidade em relação às greves realizadas no setor fabril, que tendem a encontrar um desenlace mais imediato.

LUÍZ SOARES — Bem... as características da greve são determinadas pelas condições econômicas e políticas do trabalho do magistério. Nós, professores, não lidamos diretamente com o lucro. A nossa paralisação do trabalho, embora possa ter consequências orçamentárias para o funcionalismo do Estado, não afeta, em princípio, as condições econômicas do Estado-padrão. Ao contrário da greve do trabalhador fabril, por exemplo, onde cada dia de paralisação significa um dia a menos na produção e, assim, um lucro menor. É a partir daí, que se colocou para nós a questão da greve. Nós não tínhamos, desde o início, a expectativa de que ela se resolvesse em curto prazo. Na medida em que a paralisação pura e simples não afetava diretamente as condições econômicas do Governo, ele poderia tentar — como realmente tentou — utilizar a técnica da exaustão, do protelamento, do adiamento das soluções, de jogar com o tempo, sobretudo. Em uma greve fabril, o tempo joga contra o patrão enquanto que em uma greve do magistério, o tempo, em princípio, jogaria a favor do patrão. Considerando isso, nós já nos preparamos para uma greve mais longa que as do tipo fabril. Nós preparamos, sobretudo, para criar formas de luta com o máximo de criatividade — e eu acho que o movimento correspondeu perfeitamente a isso — criar formas de luta variadas, novas formas de luta a cada dia, novas formas de pressão que pudessem desgastar e enfraquecer o Governo, do ponto de vista do prejuízo político, do prestígio que o Governo espera ter na opinião pública. Nós recorremos, tanto na capital quanto no interior, a concentrações públicas, passeatas, vigílias, visitas a casas de pais de alunos, usamos a caravana que foi a Brasília, fizemos missas no interior voltadas para a questão da justiça implícita no movimento grevista. Também utilizamos manifestos, telegramas, abaixo-assinados, e até mesmo passeatas exclusivamente para pressionar deputados. Ou seja, lançamos mão de todo um elenco de formas de luta muito variado justamente porque nós sabíamos que era fatal para o movimento ele confiar exclusivamente na força da paralisação das aulas.

EM TEMPO — Gostariamos que você falasse um pouco sobre o apoio da população à greve.

LUÍZ SOARES — A nossa greve teve um apoio popular muito grande. Eu acredito que um apoio popular maior que a maioria dos movimentos dos professores no país inteiro. E isso se deve a alguns fatores políticos e alguns fatores de psicologia de massas. O fato de, por exemplo, 80 por cento dos professores grevistas serem do sexo feminino pode ter influído na simpatia imediata que a greve despertou porque as nossas formas iniciais de lutar eram de uma certa ingenuidade, simplicidade, formas um tanto prosaicas, que geraram uma simpatia imediata. Mas é claro que isso não foi o fator determinante. O determinante para o apoio popular foi a distribuição bastante equitativa do magistério por todas as cidades do Estado e por todos os bairros da Capital. Em toda comunidade que nós possamos caracterizar, seja grande ou pequena, existe um número razoável de escolas, que geralmente, têm uma grande vinculação com a população como um todo. Tudo isso contribuiu para que a população, desde o primeiro momento, visse o movimento como algo que partiu da população mesmo e não como um movimento, em princípio político, de conteúdo ideológico definidos. Por outro lado, a situação gravíssima da deterioração do salário do professor, de conhecimento público, motivou a solidariedade para o movimento. Agora, as razões pelas quais determinados segmentos da população apoiaram o movimento são variadas. A classe média apoiou por uma solidariedade direta, apoio por uma solidariedade de classe, no sentido de que é rara uma família em que não existe um professor, e geralmente professor primário. O mesmo não acontece com os operários e os trabalhadores fabris de uma maneira geral, que não têm essa vinculação direta.

EM TEMPO — Em que momentos e em quais locais esse apoio popular foi mais evidente?

LUÍZ SOARES — Na Capital, o apoio dos segmentos médios foi mais significativo, porque os salários do magistério são muito inferiores ao salário médio dos setores pequeno-burgueses. No interior, onde o salário do professor, apesar de ser um salário terrível, ainda não chegou aos níveis médios dos salários dos trabalhadores, dos operários, dos comerciantes, o apoio da classe média foi menor. Em alguns lugares, houve até combate de alguns setores médios à nossa greve. Mas, no interior foi muito presente o apoio dos trabalhadores. Em Monlevade, por exemplo, os trabalhadores, muitos deles egressos de greves recentes, compareceram às assembleias dos professores para sugerir formas de lutas, formas de se arrecadar fundos de greve. A mesma coisa ocorreu em Itabira onde, em certas assembleias, a presença dos operários era até superior à presença de professores. Os operários foram lá para dar uma solidariedade de trabalhador para trabalhador e não como um pequeno-burguês que ganha mais que ganha menos. A classe operária, onde o apoio aconteceu, apoiou de uma forma mais concreta, muito companheira, eu diria que considerando que a luta do magistério como uma luta dele também, como uma luta de trabalhadores proletarizados.

EM TEMPO — Parece que existe um desnível salarial acentuado no seio do professorado. Como essa diferenciação se refletiu na participação do movimento?

LUÍZ SOARES — Em geral, o salário do magistério não é bom em nível nenhum. Mas, mesmo dentro dessa negatividade geral em relação ao salário, a gente tem diferenças muito grandes. Então, por exemplo, antes das conquistas dessa greve uma professora primária recebia um salário líquido de Cr\$ 2.700,00 por mês e às vezes até menos, contando com o fato dela não estar em regência de turma ou de ter título de licença médica. Ao passo que o professor de 2.º grau, dando um nível menor de aulas, ganha 9 mil cruzeiros mensais, 11 mil cruzeiros em alguns casos. São sempre salários ruins mas a diferenciação interna é muito grande. Isso tem gerado ao longo desses anos, uma divisão que eu chamaria quase de castas, no magistério. A grande massa de professorado, que é o professor primário, representando nessa greve mais de 60 mil professores, entrou expressivamente na greve por causa da motivação econômica e ganhou um outro tipo de consciência. Entrou também de uma forma muito concreta, trabalhando até 12 horas por dia, agitando as palavras de ordem do movimento em qualquer situação, sem nenhum tipo de preconceito e com uma grande criatividade para as formas de luta. O mesmo não aconteceu, por exemplo, com os professores de 2.º grau que são apenas quatro mil no Estado inteiro, que sempre se consideraram como uma elite no magistério de Minas. Uma elite em relação aos outros, evidentemente, pois os salários não são bons também no 2.º grau. Em Belo Horizonte, o Colégio Estadual Central demorou alguns dias para aderir à greve, foi uma das últimas escolas a aderir, sendo o maior colégio da rede oficial, em Belo Horizonte. Estes professores foram a reboque do movimento. A solidariedade manifestada pelas professoras primárias e pelas professoras de 5.ª a 2.ª série, praticamente obrigou os professores do 2.º grau a participar. Não todos, evidentemente, mas aquela parcela mais antiga que valoriza muito o "status" profissional.

EM TEMPO — Entre a assembleia de mil professores que deflagrou a greve e a passeata de dez mil professores gritando abaixo a ditadura, houve um nítido crescimento de consciência. Você poderia falar um pouco sobre isso?

LUÍZ SOARES — Houve esse crescimento e foi muito significativo. Não foi um crescimento forçado pelas lideranças, no sentido de tentar agitar a todo custo as palavras-de-ordem que não fossem assimiláveis pelas bases, mas um crescimento natural que veio com a evolução interna do movimento. Nas nossas primeiras assembleias qualquer crítica mais ferina ao Governo, qualquer colaboração mais direta em relação à política da ditadura em Minas era encarada com muita reserva por uma parte do magistério. Durante o movimento as palavras de ordem foram se radicalizando foram se aprofundando no sentido de tocar contradições mais profundas do sistema e não simplesmente da questão educacional. E isto se deu junto com as formas de luta que nós fomos utilizando, sempre mais contundentes. Nós chegamos ter em nossas passeatas palavras de ordem bastante significativas do ponto de vista político genérico, do ponto de vista da consciência da classe trabalhadora e não apenas de educadores, como a "você aí parado/também é explorado" ou o "povo unido jamais será vencido". São palavras-de-ordem de conteúdo político muito definido, muito diferentes do início do movimento como, por exemplo "você aí parado/venha para o nosso lado". Essa evolução existe e pode ser notada também nas formas de luta que nós utilizamos. Na primeira assembleia, a que deliberou a greve, a menção de uma passeata também foi recebida com reserva. E nós estamos encerrando a greve com passeatas sucessivas e com a participação de milhares de professores.

EM TEMPO — O Comando chegou a uma proposta de formação de uma entidade regional do professorado. Por que razões?

LUÍZ SOARES — Em primeiro lugar, essa greve foi a maior que o magistério mineiro já fez até hoje. Ela tinha 421 cidades do Estado, e 90 por cento, no mínimo, do professorado mineiro. Nós consideramos, que do ponto de vista do avanço da organização da classe, seria uma coisa incorreta que desse movimento grevista não saísse uma forma organizativa, que tivesse as mesmas características que o movimento teve, ou seja, uma forma organizativa que envolvesse todo o magistério e que mantivesse os critérios democráticos que tivemos, de organização pelas bases, de regionais na capital e no interior, com assembleias permanentes, voto individual, decisão majoritária, etc. Nós avaliamos as hipóteses para que isto se tornasse realidade. A primeira delas era a de

passar o movimento por dentro da Associação dos Professores Primários de Minas Gerais, conquistar a Associação. Mas, o fato é que do ponto de vista estatutário, a Associação dos Professores tem tantos vícios e condições de manobra interna que tornou praticamente impossível que nós lançássemos uma chapa já que os critérios de inscrição são os mais excludentes e a impugnação muito fácil. Considerando o risco de cairmos numa querela jurídica menor com a Associação e também que ela não tem representatividade nenhuma nós chegamos à conclusão que o melhor seria fundar uma Associação a partir da mobilização do movimento. Nós vamos realizar isso da seguinte forma: nós vamos manter em funcionamento, seja na capital ou no interior, as regionais que nós criamos, as organizações de base que nós criamos. Vamos continuar também



com as reuniões do Comando Geral de todo o Estado, sendo que a próxima vai ser no dia 30 de junho. E, além disso marcamos o Congresso de Fundação da nova entidade para os dias 21 e 22 de julho. É uma Associação que pretende ser uma União dos Trabalhadores do Ensino em Minas, sem distinção, sejam eles professores, serventários ou serventes. Ela teria condições de nascer agora com mais de 300 núcleos de cidades no Estado. Os professores do interior estão mobilizados e nós devemos, com a criação dessa entidade, não só contribuir para que o movimento popular em Minas desenvolvesse muito, mas também garantir ao professorado mineiro uma estrutura legal de atuação que permita que os saídos organizativos do movimento não se percam por dificuldades materiais e de aglutinação dos professores.

«A greve vai voltar, se o governo enrolar»

Uma passeata pelas ruas do centro de Belo Horizonte foi a maneira encontrada pelos professores mineiros para demonstrar que a decisão da assembleia geral de retornar às aulas mesmo considerando ainda insuficiente a nova proposta do governo — Francelino recuou e emendou o projeto inicial, que ele ardeou como definitivo, dando aumento médio de 100 por cento, além de manter inalteradas as outras vantagens já previstas — não significou o fim do movimento, mas uma nova etapa de luta.

Os 10 mil professores da capital e do interior, que momentos antes, haviam deliberado o retorno estratégico capaz de permitir, analisadas as atuais condições da greve em todo o Estado, manter a organização e viabilizar a criação daquela que será a maior entidade de classe do magistério brasileiro, ganharam mais uma vez as ruas e fizeram uma passeata até a igreja São José, distante dez quadras do antigo campo do Atlético, local da assembleia. Eles receberam pelo caminho a adesão de pessoas que atendiam aos apelos de "Você aí parado, também é explorado" e se juntavam aos manifestantes. Em todo o trajeto, como aconteceu das outras vezes que os professores saíram em passeata, eles receberam na praça Raul Soares, centro geográfico de BH, uma chuva de papel picado. O mesmo

acontecendo nas imediações da igreja São José, onde os motoristas buzinaavam seus carros ritmicamente e não faltou quem soltasse um foguete junino, bem diferente das bombas que a polícia usou contra os professores na praça da Liberdade, quando se concentraram para entregar a Francelino Pereira um documento com suas reivindicações, na primeira manifestação pública que fizeram.

A multidão parodiava uma canção popular e dizia: "Não adianta repressão, nós não temos mais medo não". Logo adiante deram as mãos e fizeram um minuto de silêncio em desagravo pelo assassinato do jornalista norte-americano Bill Stewart, por um soldado da Guarda Nacional da Nicarágua.

Quando atingiram a igreja, já eram mais de 15 mil pessoas cantando paródias que os professores tornaram célebres durante esses 37 dias de greve. Cantavam "O meu bol morreu/ou que será de mim/manda o Francelino morena/Lá pro Piauí", ou então gritavam em coro "Você não conhece, isto é democracia" e principalmente afirmavam "A greve vai voltar, se o governo enrolar" lembrando que se até o dia 15 de agosto, quando farão nova assembleia geral, o governo não tiver atendido às reivindicações eles voltam a paralisar a rede oficial de ensino de Minas Gerais.

João Saldanha não deixa por menos: «Alienado é quem não se interessa pelo ópio do povo»

João Saldanha, o maior comentarista de esportes do Brasil, fala aqui da anistia, da alienação da esquerda diante do futebol, da sua brigas com Médici na copa de 70, da demagogia dos cartolas e a utilização política do esporte e da reação dos jogadores ao regime de escravidão a que são submetidos pelos clubes.

Por Antônio Carlos Monteiro

O que você acha das faixas pela anistia que andaram aparecendo nos campos de futebol?

— Não dura, é dois minutos e a polícia tira todas as faixas que não forem de clube; é um puta sacrifício e ninguém vê. Uma porra dum faixinha de anistia no meio de tanta coisa. Eu falei prá mulheres da anistia que o negócio é televisão. Outro dia fiz dois programas de anistia para a televisão, e é uma porrada, são milhões de pessoas...

— Na "abertura", aquele programa em que falou o Glauber, o Ziraldo.

— É, fala uma porrada de gente e é só naquela paulada; eles cortam muito; outro dia mesmo pedi anistia para o Prestes, para o Gregório e o Miguel Arraes e eles cortaram; agora voltei de novo; vamos ver se eles cortam. O negócio de faixa no campo não funciona não.

— Oh João, você como um cara de esquerda transando futebol é diferente. Principalmente porque durante muito tempo o futebol era tido como "ópio do povo" e aquela coiseta toda. Eu me lembro bem da época em que você era técnico do Botafogo; aquela famosa decisão do 6 x 2. Como é que você vê isto?

— Ah, isto é uma bobagem; então es-

cola de samba também é ópio; dança também etc? Outro dia eu ia passando pela Quinta da Boa Vista e lá estavam milhares de pessoas ouvindo música clássica; era ópio também? Nada disto; é divertimento e divertimento também é importante. Os trabalhadores lutaram anos, e morreu muita gente, pela jornada de 8 horas. E prá que? Para aumentar o tempo de divertimento. Este é o objetivo do desenvolvimento da sociedade. E no caso do futebol você tem a grande massa que pratica futebol recreativo ou assiste e aprecia, e tem os artistas, os jogadores, que dão o show, e por isto a grande massa paga para ver. É o craque. Com o cabeção de bagre ninguém quer ver; tem a pelada, as pessoas chegam, dão uma olhadinha, mas não segura ninguém. Quem tá se divertindo é o jogador; já no campo, quem se diverte é o povo. Chamar o povo de alienado tá errado. Eu o provo isto. O Mussolini ganhou duas copas do mundo, e uma foi ele mesmo que ganhou lá na Itália dando murros na mesa; o Jango também ganhou duas copas; e os dois caíram. Eu poderia dar um milhão de exemplos mostrando que o futebol não capitaliza porra nenhuma.

— É incrível como que a esquerda demorou a ver no futebol expressão popular mesmo, né?



— Não é só no futebol, infelizmente. Eu não sou esquerdista... eu sou um balancete. No caso de 70, o que eu queria era popularizar a seleção; vinhamos de uma derrota em 66 e queríamos ganhar. Meu atrito ali foi com o governo. O governo queria que eu convocasse o Dario, do Atlético mineiro; era pura demagogia com a massa atlética. Ai foi aquela coisa; eu disse que não tinha opinado no Ministério deles, e foi aquela discussão, e ai me puseram para fora. Mas antes disto na época do treinamento foi pra valer. Os melhores jogadores, e tanto assim que dois times se arrebentaram: o Cruzeiro e o Santos, pois recrutei os melhores jogadores — e destes times eram muitos — e foi aquele treinamento intenso que nada tinha a ver com a vida dos times. Fizemos muitos jogos, arrumamos dinheiro — pois do governo mesmo o dinheiro só veio depois da vitória.

— Uma questão de curiosidade sobre a qual você já deve ter sido muito perguntado: o Pelé...
— Ih, não tem problema não, não sou burro — tenho duas orelhas gran-

des mas não sou burro. O que eu disse na época é que o problema dele nenhum médico poderia curar, porque era problema financeiro. Ele estava mal com as suas empresas e queria um extra jogando pelo Santos nas excursões e a CBD só queria pagar o ordenado dele, que era pequeno, de Cr\$ 15.000,00 lá do Santos. Quem tinha problema de vista era o Tostão e mesmo assim eu o convoquei porque achava que precisávamos de uma linha de ouro. Foi aí que entraram dizendo que precisávamos junto com o Pelé de um tanque — e o Presidente falava que era o Dario. Ora, o Dario não jogava nada, tinha a canela toda manchada porque a bola batia muito ali. Um jogador bom pra clube mas pra seleção não.

No futebol a abertura também é relativa

— Comenta-se hoje que a abertura estaria chegando também aos clubes, às concentrações etc. Será?

— É verdade, os clubes também fazem parte da vida. Os clubes estavam completamente subjugados aos interesses anti-democráticos da CRD e agora já estão reagindo. A abertura no futebol está tão parcial quanto a abertura mais em geral. É verdade que os clubes aqui no Brasil não são muito democráticos. As camadas dirigentes em geral são muito dependentes do poder político e econômico e assim se submetem com certa facilidade às injunções.

— E no trato aos jogadores como está?

— É o paternalismo.

— Você falava antes de um futebol de garra e não de empresa. Mas será que o futebol atual ainda é de garra?

— É claro que o nível do futebol brasileiro tem baixado e as perspectivas para o futuro não são boas. Os campos de várzea estão acabando. A Gazeta Esportiva aqui em São Paulo já não tira cadernos como antes. Nos campeonatos as influências da ARENA, fazendo força para enfiar mais times por Estado do que a realidade está também levando a um aumento incrível do número de jogos e os jogadores estão ficando estourados. Agora parece que se corrigiu com as eliminatórias. Em 23 dias de campeonato passaremos de 90 times para um número razoável e que espelha de fato o futebol nacional. E o problema não é dinheiro não, é demagogia pu-

des mas não sou burro. O que eu disse na época é que o problema dele nenhum médico poderia curar, porque era problema financeiro. Ele estava mal com as suas empresas e queria um extra jogando pelo Santos nas excursões e a CBD só queria pagar o ordenado dele, que era pequeno, de Cr\$ 15.000,00 lá do Santos. Quem tinha problema de vista era o Tostão e mesmo assim eu o convoquei porque achava que precisávamos de uma linha de ouro. Foi aí que entraram dizendo que precisávamos junto com o Pelé de um tanque — e o Presidente falava que era o Dario. Ora, o Dario não jogava nada, tinha a canela toda manchada porque a bola batia muito ali. Um jogador bom pra clube mas pra seleção não.

A Arena se estrepou

— Que você acha da João?

— Eu já fui anistiado duas vezes, uma racionada e outra geral. O governo agora quer dividir a oposição com seu projeto. Mas esta anistia já é uma vitória; e indo ao Congresso ela só pode melhorar mais ainda; mesmo a anistia de depois do Estado Novo começou restrita e depois é que foi se ampliando.

Como é que tá a situação do jogador?

— Mal, só no Rio e em São Paulo, por exemplo, onde estão os melhores salários do Brasil, a média de salários não chega a Cr\$ 5.000,00. Os passes são coisa para pouquíssimos. Em geral o jogador se fixa no clube. E as vendas se fazem também em geral porque os clubes estão numa penúria lascada e só vendem quando não têm alternativa, por um preço fabuloso. Que está havendo uma concentração nos clubes é verdade, é da essência do próprio capitalismo.

Os jogadores sofrem pressões como os trabalhadores

— E como que os jogadores veem estes problemas, a questão do contrato etc.?

— O contrato está entre a escravidão e a servidão. Mas a reação sobre os jogadores é violenta. O Zé Mário, presidente da Associação dos Atletas do Rio, foi posto pra fora do Vasco porque estava se mexendo muito nestas questões. O Palmeiras mandou o Leão embora porque ele também se mexia muito na questão dos direitos dos trabalhadores, às vezes até contra o desagrado da torcida porque ele brigava muito com a diretoria do clube. O Piazza também, no contexto político é meio reaga, mas na questão dos jogadores é ele quem mais se virava por lá. E afastaram ele também. É dura a pressão sobre os jogadores. E o mesmo processo que ocorre entre os trabalhadores.

NICARÁGUA

Os tortuosos caminhos de uma Revolução (II)

Apesar de todo o apoio norte-americano em quase meio século de poder, o governo dos Somoza nem sempre foi tranquilo. Os movimentos de oposição ao regime se acentuam a partir da década de 60 (o movimento sandinista surge em 1962), embora desde 1940 existissem organizações de esquerda na Nicarágua, como o PCN (Partido Comunista da Nicarágua) e o PSN (Partido Socialista Nicaraguense) ambos constituídos pelos comunistas "ortodoxos". O PSN hoje se divide em duas frações conhecidas pelos nomes de seus líderes: Briceno e Sánchez.

Recentemente, surge também uma oposição burguesa a Somoza em decorrência da necessidade de modernização do sistema capitalista num país onde o movimento popular começava a pôr em xeque a ditadura de uma família. O regime deveria tornar-se impessoal, com uma fachada democrática para que a Nicarágua pudesse ocupar um lugar dentro da nova divisão internacional do trabalho. Em maio de 1978 surge a FAO (Frente Ampla de Oposição) uma ardente defensora do somozismo sem Somoza e apoiada pelos setores mais conservadores da Nicarágua. Nela agrupam-se setores do PSN e do Partido Social Cristão, sindicatos e organizações burguesas.

O apoio ainda que discreto do PLN (Partido Liberal Nacionalista) de Somoza buscado pela FAO — numa clara tentativa de conciliar os interesses do ditador com a burguesia — desmoronou em poucos meses a Frente aos olhos da massa, surgindo a necessidade de se criar uma organização que excluísse os setores mais conservadores. Surge assim o MPU.

As forças que se juntaram em julho de 1978 para formar o MPU (Movimento Povo Unido) foram basicamente o Partido Comunista da Nicarágua (PCN), a fração de Briceno do Partido Socialista Nicaraguense (PSN) e os setores organizados influenciados por esses dois partidos. Embora nenhuma das tendências da Frente Sandinista de Libertação da Nicarágua tenha assinado a declaração de fundação em seu próprio nome, as organizações do movimento popular ligadas à GPP (Guerra Popular Prolongada) e à Tendência Proletária o fizeram, assim como 20 outras organizações de esquerda.

Os objetivos do Movimento estabelecidos pelo manifesto de fundação eram:

- 1) Mobilizar o povo para a derrubada da ditadura.
- 2) Incentivar a organização e a unificação de amplos setores do povo.
- 3) Propor o desenvolvimento da unidade entre as forças revolucionárias.

Além disso o MPU se apresentava às amplas massas como "a grande frente da luta popular que representa os mais altos interesses da causa e que portanto constitui a plena garantia da independência da classe e do partido das massas e de suas organizações".

O manifesto enfatizava ainda as duas aspirações — chave das massas oprimidas da Nicarágua — unidade e independência política de classe. Mas embora suas forças tivessem um peso importante, elas eram ainda muito fracas e nem de longe representavam a grande maioria dos setores oprimidos da Nicarágua. Não obstante, o movimento popular começou a prestar atenção nele e a vê-lo como um polo em torno do qual os setores oprimidos poderiam se unir e crescer significativamente.

O MPU tornou-se mais atrativo na medida em que o movimento popular transformou-se no protagonista da vida política do país enquanto a burguesia deixava clara sua incapacidade de lutar contra a ditadura.

O MPU entra na política de frente com a burguesia

Mas o MPU não era exatamente um instrumento independente de classe. Uma de suas forças mais significativas, o PSN estava participando simultaneamente na FAO (Frente Ampla de Opinião) e no MPU. Esse estilo de fazer política estava fundado na convicção de que o MPU poderia vir a se tornar importante mais para a frente como uma base para as negociações com a burguesia no momento da queda da ditadura. Isto foi sugerido pelo jornal Unión, publicado pelo PCN, onde num longo artigo sobre "a

A derrubada da ditadura de Somoza está sendo vista como uma questão de dias, talvez de horas. Foi esse espírito que norteou a resolução aprovada na OEA por dezessete países, inclusive o Brasil, no sentido de não mais reconhecer Somoza como representante do governo da Nicarágua. E apesar de um governo provisório já estar constituído a questão de um poder alternativo que realmente tenha condições de resolver a fundo os problemas da sociedade nicaraguense apenas começa a se esboçar. Desde logo fica claro que esse poder não pode ser predominante burguês como é a Junta Provisória.

Por Fausto Amador e Sara Santiago

política de unidade na ação" liamos:

"A colaboração entre os partidos dos trabalhadores pode facilitar a unificação de todas as outras forças democráticas e amantes da paz no mundo. A unidade dos trabalhadores pode servir como a base para a unidade de todas as forças democráticas".

Tendo desenvolvido tal teoria a nível mundial, o artigo terminava dizendo que esse processo estava bastante avançado na Nicarágua através da formação do MPU.

Mas foi exatamente a Tendência Proletária da Frente Sandinista de Libertação da Nicarágua que mais claramente explicou o sentido de colaboração de classe dessa política. Sua "Carta Circular n.º 10" dedica longos parágrafos à demonstração da necessidade da unidade dos trabalhadores, camponeses e estudantes em torno do MPU, mas adverte: "No entanto, não é suficiente formar um bloco entre o povo".

"É do interesse do proletariado revolucionário e do povo como um todo formar uma grande Frente Nacional de Luta contra a Dita-

dura, na qual todas as forças que se opõem ao regime tirânico de uma maneira ou de outra devem participar".

Naturalmente "estamos conscientes do fato de que a burguesia nacional só se interessa pela unidade nacional quando ela pode dirigi-la". Mas em seguida a Tendência Proletária apresentava a solução para esse problema: "A possibilidade de formar uma Frente Nacional sob a hegemonia do povo só pode ser realizada na medida em que o MPU se fortaleça e se desenvolva enquanto a Frente Burguesa esteja se desfazendo à parte".

Portanto era necessário esperar por um momento oportuno no qual o MPU estiver forte e a FAO fraca. Enquanto isso, o MPU deveria preservar sua aparência como um polo classista atrativo para as massas, até fazer crescer seu poder e sua influência.

O MPU guardou um silêncio absoluto sobre a questão do poder em setembro e durante todo o período das discussões com os mediadores da OEA. Justamente quando a burguesia estava totalmente desacreditada aos olhos

das massas, o MPU ficou mais quieto do que nunca.

Com o total fracasso das negociações, a bancarrota da FAO era óbvia. As massas aprenderam que nada mais deviam esperar da inútil oposição burguesa e voltaram-se para o MPU.

As massas nicaraguenses voltam-se para MPU

O momento que este tanto esperara havia chegado. Mas o MPU só rompeu o seu silêncio em dezembro:

"... o MPU considera necessário formar seu próprio governo para sustentar um programa de aprofundamento das transformações democráticas e patrióticas capaz de retirar o país da aguda crise em que ele foi jogado e capaz de propiciar aos trabalhadores e ao conjunto do povo o melhor desenvolvimento de suas lutas pelo posterior progresso social. O MPU propõe formar um governo de Unidade Democrática no qual todas as forças políticas e sociais que lutaram consistentemente pela queda da ditadura de Somoza poderiam participar..."

O MPU conclamou todos os partidos que constituíram a FAO para juntarem-se a ele na forma-



Quem são os integrantes do governo provisório

Não há motivos para alarde. O novo governo é essencialmente burguês.

A formação do governo provisório da Nicarágua ainda poderá servir como saída honrosa para os Estados Unidos dentro da Organização dos Estados Americanos. A proposta aprovada fala em "substituição do governo de Somoza" em lugar de "exclusão do regime de Somoza", uma aparente filigrana semântica mas que salva Carter do vexame completo ao ver rejeitada sua proposta de intervenção na Nicarágua.

Dentro desse processo de "substituição do governo de Somoza" e apesar de sua posição intransigente de permanecer reconhecendo o atual governo nicaraguense contra 2/3 dos votos da OEA, inclusive o do Brasil, a Junta Provisória ainda poderá receber o aval dos EUA. Caso contrário ele corre o risco de ficar totalmente isolado na comunidade americana.

Logo nos primeiros dias, a Junta recebeu o apoio do Panamá, Cuba, Granada e Costa Rica e, apesar das denúncias de "marxismo" feitas por órgãos de inteligência norte-americanos, sua composição é essencialmente burguesa.

Violeta Barrios de Chamorro, de 50 anos, é viúva de Pedro Joaquín Chamorro, ex-diretor do jornal La Prensa, assassinado em janeiro de 1978 por somozistas. Joaquim Chaves, ser justificado, da mesma forma como estão sendo os militares que apoiaram Reza Pahlevi, no Irã.

A Junta está integrada ainda por Alfonso Robelo Callejas, um engenheiro de 40 anos, membro da

terceiro membro, Moisés Hassan é um engenheiro de 36 anos, militante da Frente Nacional Patriótica. Moisés, um dos dois únicos membros do governo provisório que se encontram na frente de combate (o outro é o sandinista) afirmou textualmente que "não é marxista" e que a Junta realizará eleições livres, tão logo conquiste o Poder. Para Hassan, os generais somozistas de Frente Ampla de Oposição e Daniel Saavedra, de 34 anos, o único representante da Frente Sandinista e que se encontra em combate no interior do país. Daniel pertence à tendência terceirista da FSLN, precisamente a tendência que não se define como marxista e que vê com mais bons olhos um governo policlassista hoje na Nicarágua.



Robelo, Violeta Chamorro, Ramirez

ção de uma Frente Nacional Patriótica para lutar contra Somoza e participar num governo de unidade democrática depois da queda do ditador:

O La Prensa e os outros órgãos da oposição burguesa que até então haviam ignorado totalmente o MPU começaram a dedicar suas melhores colunas para louvar a iniciativa de unidade tomada por seus líderes.

A constituição da Frente Nacional Patriótica (FNP) foi assinada em 1.º de fevereiro. O Partido Liberal Independente que havia se retirado da FAO poucos dias antes do total colapso das negociações, juntou-se com o MPU e o "Grupo dos Doze" para formar essa nova frente. O Partido Social Cristão, um cadáver político também reviveu pelos esforços salva-vidas dos líderes do MPU. A Frente Operária Maoísta e a Confederação dos Trabalhadores da Nicarágua igualmente se juntaram à FNP.

Após a sua formação a FNP entrou em eclipse, transformando-se apenas em mais um componente do bloco interclassista na Nicarágua. Ela é uma barreira construída pelo MPU entre as massas e a luta pelo seu próprio poder.

Ninguém duvida de que é correto organizar junto com forças burguesas lutas específicas por reivindicações democráticas. As lutas pela liberdade de associação e expressão, pelo direito de organizar concentrações e manifestações públicas, pela libertação dos presos políticos etc., podem envolver setores burgueses. Mas a FNP não envolve apenas a unidade em torno de reivindicações específicas e concretas. É um corpo permanente que se apresenta para as massas como uma alternativa de governo ao regime de Somoza. Ela se constitui num obstáculo a um governo dos trabalhadores e camponeses, a verdadeira alternativa de um governo na Nicarágua.

As dificuldades para a constituição de um governo dos trabalhadores e camponeses

Apresentar-se diante das massas como um integrante de um bloco permanente com a burguesia é espalhar confusão sobre o caráter do confronto hoje na Nicarágua. A luta contra a ditadura e o imperialismo não deve obscurecer as diferenças de classe existentes dentro do país que na verdade se exacerbaram no decorrer do processo. E existem apenas duas alternativas possíveis na Nicarágua: ou um governo civilizado dos patrões que para se manter deverá continuar explorando os trabalhadores ou um governo dos trabalhadores e demais setores oprimidos, envolvendo as completas soluções dos problemas da sociedade nicaraguense no curso da revolução socialista. Não existe um caminho intermediário.

Um governo burguês civilizado substituindo Somoza será incapaz de satisfazer as aspirações democráticas, sociais e nacionais básicas do conjunto dos setores oprimidos da Nicarágua. A luta pelas liberdades democráticas no país não é mais do que um componente do conjunto dessas aspirações. Não é possível lutar primeiro pelas liberdades democráticas e apenas mais tarde enfrentar as demais reivindicações das massas. Tal distinção não existe nem na consciência da massa e nem na situação objetiva da sociedade nicaraguense.

O único caminho para os oprimidos da Nicarágua consiste portanto na constituição de seu próprio governo sem qualquer aliança com os setores burgueses. Sua grande dificuldade consiste na prática política de colaboração de classes da maioria das organizações de esquerda existentes hoje na Nicarágua, tal como ficou exemplificado na constituição da FNP e no governo provisório que resultou dela. Mas o curso da luta ainda não está definido. Uma vez derrubada a ditadura de Somoza a questão do poder se manifestará em toda a sua plenitude.



Anjodiabos de 78

Flávio Aguiar

Há uma palavra
Em estado de alerta
Nos dicionários
enciclopédias
livros de história
e geografia
Há uma palavra suspensa
Em estado de sítio
Há uma palavra na alça
de mira — Nicarágua
Os compêndios em dia
Falam do último terremoto
Que arrasou a Capital
É necessário desde já
Reservar chumbo no linotipo
Para mudar os verbetes
Agora terão de falar
Na rebelião de 78
Na cidades arrasadas
De Masaya, Matagalpa
León, Estelí, Chinandega
No bairro do Monimbo
Agora as polícias do continente
Devem atualizar o fichário
Trocam mensagens cifradas
Sobre o que faz o Comandante Zero
E o nome do General Sandino
Resuscitou do cemitério
Por isso a palavra Nicarágua
Desperdo nos dicionários
Deixando de prontidão
O lápis dos revisores
E a primeira folha dos diários
Pondo uma ruga nova
Na testas dos empresários
Por isso, hoje
Nos cidades da América
Será dobrada a vigilância
Sobre estudantes e operários
Pois há uma palavra nova
Para ser provada
Como a uva branca
Deve ser colhida
Como o cacho graúdo
Deve ser pisado
Como o mosto grosso
Deve ser fermentado
Como o vinho fresco
Deve ser destilado
Como o conhaque maduro
Deve ser cheirado
Degustado, salvado
Deglutido, gastrificado
Plasmado e urinado
Há uma palavra nova
— Nicarágua — Em circulação
Nos bares da sexta-feira
Há mais uma prima dona
— Nicarágua —
Nas aulas, nas ruas
Nos becos, nos beijos
Desliza o murmúrio — Nicarágua —
No cais e no aeroporto
No arranque dos ônibus
E no guincho dos trens
Passa o mesmo refrão
— Nicarágua —
Nos cárceres, nas celas
Voa o mesmo cochicho
Há uma nova pergunta
No pau de arara
E uma outra pancada
Na face de quem não fala
— Nicarágua —
Há mais uma espera
No noticioso
Há mais um pileque
Na consciência culpada
Há um passo incrível
Na discoteque
Quem sabe outro capítulo
Na novela das sete
Há uma Espanha nova
Em toda guerra civil
E no ritual da OEA
Há outro salamaleque — Nicarágua —
Há uma nova senha
Nas conspiratas
E uma nova hostia
Na Santa Missa
Uma outra sirene
Na porta das fábricas
Uma nova carícia
Nos jogos lúbricos
Uma fome perene
Em incontáveis marmitas
E uma nova alegria
Redime a nossa desdita
Do manancial antigo
Jorra de novo água
E há outra vez perigo
Em toda e qualquer certeza
Pois o tiroletto
Se alastra como uma praga
Os moribundos e os nascituros
Descobrem o fio da vida
E o pianista depara
no sustenido
Com o bemol escondido
— Nicarágua —
As rotativas estão azeitadas
Há mais trabalho
E haverá mais dinheiro
Brindes calorosos
Por aumentos de salário
Nas madrugadas em claro
Os violões terão mais força
E os dedos terão mais calos
As custas da Nicarágua
Os punhos terão mais pedras
E as balas serão velozes
Ainda haverá mais medo
E a noite virá mais cedo
Embora os galos matutinos
Estejam liberados para o terreiro
Enquanto nas ruas e nas montanhas
de Nicarágua
Anjodiabos de arma e máscara
Tomam a juventude nos dentes
E sob a morte das cinzas
Aspiram o calor do brasileiro

(*) Este poema foi escrito no ano passado, quando da primeira ofensiva sandinista.

